

8 de Março 2021  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 249  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



MÁQUINAS A 250 MIL KZ

### Custos dos terminais de pagamento sufocam pequenos negócios

Págs. 20 e 21



ESTUDO DA BOSTON CONSULTING GROUP

### 60% de angolanos desejam trabalhar no exterior

Pág. 32

INVESTIGAÇÃO CONDICIONADA

### Pescas continuam sem "precisão científica"

Pág. 9



LOTTI NOLIKA, GOVERNADORA DO HUAMBO

## "Seremos implacáveis contra quem subverter os propósitos do PIIM"



**ENTREVISTA.** As oportunidades de investimento para o sector privado, no Huambo, são detalhadas pela responsável máxima da província que está há apenas 10 meses no cargo. Em exclusivo ao VALOR, Lotti Nolika apresenta as suas prioridades e promete mão pesada sobre todos os que tentarem desviar os intentos do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios. Págs. 4 a 7

30% ESTÁ À VENDA

### Sonangol vale até 27 mil milhões de dólares

Págs. 12 e 13

GOVERNO GARANTE JÁ TER PAGO 81% DOS ATRASADOS

### Empresas portuguesas à beira do colapso por falta de pagamentos

**DÍVIDA.** As Finanças asseguram que já liquidaram pelo menos 254 milhões dos 312,2 milhões de dólares de atrasados certificados. Mas várias empresas portuguesas relatam dificuldades que atribuem aos atrasos nos pagamentos das autoridades de Luanda. E há quem já esteja a vender tudo para fechar as portas definitivamente. Pág. 8



# TODOS ENGANADOS

Uma semana após a apresentação da proposta de revisão constitucional, a hipótese de o MPLA e o seu presidente terem ludibriado os angolanos desappareceu do debate público. Mas vamos por partes, já que o rigor da análise assim o exige.

Ao longo deste período já transcorrido do seu mandato, o Presidente da República foi questionado várias vezes sobre o tema da revisão constitucional. João Lourenço nunca chegou a admitir a hipótese por iniciativa própria, mas, em determinada circunstância, chegou a desafiar, de forma implícita, que assim o desejasse. E fê-lo como se não soubesse que, nas circunstâncias políticas actuais, apenas a ele ou ao seu partido cabia a iniciativa por determinação constitucional. Inebriado pela tradição da razão incontroversa do líder, o MPLA alinhou-se a João Lourenço. Pelo seu porta-voz, o partido majoritário descartou, há menos de um ano, qualquer agenda de revisão constitucional. E Albino Carlos até foi particularmente enfático, ao responder ao VALOR que o seu partido estava “focado” no que era prioritário: a implementação de “um conjunto de medi-

das para apoiar as empresas, as famílias e o sector informal da economia, visando mitigar o impacto económico-financeiro da pandemia”.

O que se ficou a saber na terça-feira, 2 de Março, é que o MPLA ou o seu presidente, afinal, tinham mesmo a revisão constitucional entre os “focos”. E as palavras de João Lourenço não deixam dúvidas, ao sublinharem que a sua proposta decorre da experiência da aplicação da Constituição. Mas também de uma “profunda reflexão e de um estudo aturado”, no quadro dos trabalhos da Comissão da Reforma do Estado. Uma “profunda” reflexão e um “estudo aturado”, tratando-se da Constituição, não podem ter ocorrido do dia para a noite. A hipótese do embuste geral aos angolanos é, por isso, mais do que provável.



A forma repentina como a proposta foi colocada no Parlamento e no debate público também é consistente com a atitude de quem pretende impor uma vontade, imune às influências das aspirações colectivas. Em situação normal, João Lourenço teria convocado o Conselho da República para auscultá-lo sobre os aspectos e os timings da revisão, antes de apresentar publicamente a proposta. Por uma questão de bom senso, de busca de consensos e até de correcção política. Não o fez, provavelmente, pelo agravamento da crispação política, sobretudo com a Unita, mas também para evitar o incómodo de ter de ignorar as sugestões que recebesse dos seus conselheiros. Afinal, aqui reside também a controvérsia central da revisão proposta na última semana. Estando todos de acordo que as alterações na Constituição eram exigidas pela sociedade e pela Oposição, também é verdade que essas alterações apontavam como prioridade máxima um aspecto que João Lourenço decidiu ignorar olímpicamente: a forma de eleição do Presidente da República. Sugerir, por isso, que as exigências da sociedade ficaram respondidas por João Lourenço só por uma das duas: ou por manipulação política ou por ignorância insanável.



## FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**LÚCIA FERNANDES STANISLAS,**

presidente do Concílio de Negócios Angola-Índia

### Qual é o principal desafio das mulheres empresárias?

O desafio das mulheres empresárias e não só (homens também) é em recurso humanos capacitados, para responder à demanda das empresas que tenham uma ética aceitável.

### E mais?

Por outro lado, é o financiamento. Muitas vezes, as empresas terminam um ciclo e precisam entrar no ciclo a seguir. Nesta altura, às vezes, precisa-se de uma injeção de capital extra. Existe este desafio de acesso ao financiamento, não só dos bancos, mas também de investidores privados, anjos ou de risco.

### Considera existirem incentivo do Governo às mulheres empresárias?

Nós ainda precisamos saber que incentivo e programas existem para as mulheres empresárias e empreendedoras. Vamos iniciar esta pesquisa. Nós, como concílio, iniciamos recentemente, por esta razão não temos dados concretos relacionados a incentivos e programas direccionados às mulheres empresárias. Estamos em contacto com o MASFAMU e esperamos que daí encontremos alguns dados.

TERÇA - FEIRA

02 Angola torna-se o primeiro país lusófono e o terceiro da África austral a receber vacinas contra a covid-19 através da iniciativa Covax, num lote de 624 mil doses.

QUARTA - FEIRA

03 A Unita anuncia que solicitou uma audição aos ministros das Finanças e Telecomunicações e aos directores-gerais dos serviços de informações, devido ao ataque cibernético contra o Ministério das Finanças.



### SEGUNDA-FEIRA

O gabinete da coordenadora residente das Nações Unidas em Angola demarca-se de uma actividade em curso na Huíla em nome do Conselho Económico e Social das Nações, alertando para as falsas ofertas de emprego.

QUINTA - FEIRA

04 O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás saúda, durante a reunião ministerial da OPEP+, uma "muito desejada dinâmica ascendente" no mercado petrolífero, que deixa a organização com "um optimismo cauteloso" para o futuro.

SEXTA - FEIRA

05 Sonangol realiza a habitual conferência de imprensa anual, por ocasião de mais um aniversário. A maior empresa pública completou 45 anos.

SÁBADO

27 As associações empresariais e cooperativas agrícolas, no Moxico, queixam-se de "sérias dificuldades" no tratamento do título de concessão de terra, documento que habilita ao crédito, no âmbito do Prodesi.

DOMINGO

28 A embaixadora da Índia em Angola, Pratibha Parkar, revela que o governo indiano está disponível para apoiar países africanos no acesso à vacina contra a covid-19, estando a analisar uma solicitação de Angola neste âmbito.



### COTAÇÃO



#### PETRÓLEO EM QUEDA...

O petróleo começou a semana a cair, após registar avanço de mais de 7% na passada semana. O Brent, referência às exportações angolanas, caiu 1,61%, ao negociar nos 68,24 dólares as entregas de Maio. Já o WTI quedou 1,57% para os 65,05 dólares, nas entregas de Abril.



#### BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

As bolsas da Europa tiveram registos positivos, motivados pelo avanço do pacote fiscal no Congresso dos Estados Unidos. O índice pan-europeu Stoxx 600 obteve ganhos de 2,10%, situando-se nos 417,25 pontos. Enquanto, em Londres, o índice FTSE 100 registou ganhos de 1,34%, a 6.719,13 pontos, e, em Paris, o índice CAC 40 subiu 2,08%, a 5.902,99 pontos.

# Entrevista



LOTTI NOLIKA, GOVERNADORA DO HUAMBO

Por Pedro Narciso

## “Temos ouro e mais de 1 milhão de terras aráveis para o investidor privado”

Os desafios da agricultura, da revitalização da indústria, do investimento, da reparação das estradas terciárias, do combate à corrupção dos projectos no âmbito do PIIM, as denúncias sobre o tráfico de influências no hospital central, entre outros, foram os pretextos desta entrevista exclusiva. Sem tabus nem entraves, quem responde é a governadora do Huambo, Lotti Nolika, que acredita ser possível recuperar o lugar daquela província do Sul como o celeiro de Angola.

suficientes para cobrir a totalidade das necessidades do governo provincial. Vale, no entanto, salientar que as necessidades são por natureza ilimitadas e os recursos para as satisfazer são escassos. Como sabemos, o actual contexto pandémico e macroeconómico agrava ainda mais esta questão, e acreditamos que o desejo de obtenção de mais recursos financeiros, disponibilizados por via do OGE, é transversal a todo país...

### Assim sendo...

Devemos aprender a fazer muito com pouco, optar por realizar acções de carácter prioritário, dinamizar o incremento das receitas locais, reforçar as acções de promoção do investimento privado (incluindo as parcerias público-privadas), apelar à responsabilidade social de todos no sentido de participarem activamente para a melhoria dos indicadores socioeconómicos da nossa cidade. Em momentos de crise, como este que atravessamos, somos todos chamados a contribuir com vista à minimização dos efeitos negativos da falta de recursos financeiros.

### Quais são os cinco desafios da sua governação?

São vários os desafios. A considerar cinco, podemos citar primeiro a expansão das redes de distribuição de energia e água, bem como a infra-estruturação das principais zonas periurbanas; segundo, a recuperação das vias terciárias/rotas agrícolas, no reforço do apoio e melhoria dos resultados da actividade da agricultura familiar; terceiro, o aumento da oferta e melhoria dos serviços sociais básicos; quarto, o empoderamento da mulher; e, por último, o relançamento do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála e a recuperação das demais indústrias outrora existentes no Huambo.

### O dinheiro orçamentado no OGE cobre todas as despesas necessárias?

Muito gostaríamos que os valores orçamentados no OGE/2021 fossem

**“A Barragem do Ngove está hoje a funcionar apenas com uma máquina, para efeitos de regularização do caudal do rio Cunene e para viabilizar o funcionamento da Hidroelétrica da Matala (Huila).”**



**Governadora** afirma que Huambo devia contar com um aeroporto de dimensão internacional



*É importante (...) melhorar as vias terciárias e rotas agrícolas, a fim de viabilizar a transitabilidade de bens e serviços entre as zonas agrícolas e as sedes municipais.*

*Muito gostaríamos que os valores orçamentados no OGE/2021 fossem suficientes para cobrir a totalidade das necessidades do Governo provincial*

*As experiências que tenho vivido têm contribuído menos para “perder o fulgor, e mais para alcançar maior maturidade.*

*A gestão [ do aterro sanitário], deverá funcionar como uma Unidade de Valorização de Resíduos, por via de parceria público-privada.*

#### **Que estratégia possui o Governo para atrair investimento?**

Estamos engajados na conclusão de uma estratégia - Plano de Acção para Captação de Investimento Privado, de acordo com a visão geral contida nos documentos orientadores de toda a acção governativa nacional, em que o principal instrumento é precisamente o PDN. Nesta procura fulcral para o futuro do Huambo, pretendemos impulsionar o sector privado, tendo em vista o alcance de dois objectivos principais: revitalizar a interligação entre diversos sectores da actividade económica e gerar mais emprego e rendimento para as famílias.

#### **E o que pode a província oferecer aos potenciais investidores? Ou seja, onde se pode investir?**

Existem importantes oportunidades de negócio na província que é necessário conhecer e valorizar. Começando, por exemplo, pelo sector da agricultura: queremos colocar à disposição dos investidores nacionais e estrangeiros mais de um milhão de hectares de terra arável. Entre os produtos agrícolas, contam-se vários tipos de fruta, mas o milho e o feijão são as prin-

cipais culturas. É importante não esquecer a necessidade de melhorar as vias terciárias e rotas agrícolas, a fim de viabilizar a transitabilidade de bens e serviços entre as zonas agrícolas e as sedes municipais. O sector dos recursos é uma área em crescimento, que inclui o ouro - em prospecção e nalguns casos já em exploração, havendo também fortes indícios da existência de outros recursos mineiros estratégicos.

#### **Quanto ao sector industrial, que já foi o terceiro parque nacional antes de 1975?**

O plano é de redinamizar este sector, reactivando unidades fabris que por força das circunstâncias ficaram paralisadas. Nomeadamente massa alimentícia “Duquesa do Huambo, fábrica de Sabão ‘Sodete’, fábrica de motorizadas ‘Ulisses’, fábrica de vinhos ‘Coalfa’, entre outras. E, de igual modo, impulsionar o surgimento de novas indústrias com potencial para responder às necessidades de consumo actuais, quer a nível do mercado doméstico, quer da exportação, sobretudo de produtos que resultem da transformação dos bens agrícolas. É importante

salientar que já há energia e água no Pólo de Desenvolvimento Industrial do município do Caála.

#### **Mas...**

Há também um potencial cultural e turístico enorme, muito pouco explorado até aos dias de hoje. Não menos importante é o sector imobiliário, pois há uma demanda ainda muito grande a nível da província.

#### **Qual é sua preocupação relativamente à falta de emprego?**

Enorme. Aliás, as acções em curso acabadas de citar e consideradas prioritárias têm sempre em linha de conta a nossa urgência em responder às preocupações da juventude quanto à criação de mais emprego, e de qualidade. É em nome deste compromisso que temos de considerar o emprego uma exigência fundamental da dignidade da pessoa humana.

#### **O REGRESSO DO CELEIRO**

#### **Acredita que a província pode voltar a ser o celeiro de Angola?**

Acredito plenamente e baseio-me em vários factores.

# Entrevista

Continuação da página 5

## E, na sua opinião, como dar a volta a este estado das coisas?

Huambo tem especificidades valorizáveis no contexto nacional e regional pela sua posição geoestratégica, pois situa-se no centro com ligação aos quatro cantos do país. Essa posição ainda tem de ser balizada, tendo em atenção as ligações com os Caminhos de Ferro de Benguela e o Corredor do Lobito, que permitem acesso, através do Porto Lobito, à fronteira marítima, assim como a terrestre pela província do Moxico. Da mesma forma, as infra-estruturas existentes de armazenamento e conservação de cereais (silos) localizadas nas principais estações do CFB, nomeadamente Longonjo, Caála, Huambo e Chicala Choholonga, beneficiam da boa rede rodoviária – já que todos os municípios estão ligados à sede da província por estradas asfaltadas – e ganham uma nova dimensão de acordo com a política de diversificação económica.

## E a ciência não é para aqui chamada, sendo Huambo considerada uma cidade académica?

Naturalmente que é.

## De que forma?

Na nossa província, estão implantados o Instituto de Investigação Agronómica, a Faculdade de Ciências Agrárias e o Instituto Técnico Agrário, nos quais devemos promover parcerias com empresas, com vista à concentração no meio universitário de núcleos essenciais de investigação, potenciando também a capacidade de fixar no Huambo quadros científicos...

## Que resultado se pode esperar dessas parcerias?

Os resultados desse caminho devem estar ancorados, a médio e longo prazos, na criação de modelos produtivos de grande rendimento e dos respectivos pacotes tecnológicos – como, por exemplo, melhorar as sementes de ciclo intermédio e polinização livre, bem como introduzir paulatinamente as sementes híbridas no sector produtivo – com vista à maximização dos resultados da actividade de agricultura familiar e o aumento da mecanização agrícola. São obras que podem conferir um conjunto de vantagens para a reactivação das fábricas outrora



existentes, que têm por objectivo a produção de farinha de milho, óleo alimentar, rações e cervejeiras.

## O país é dividido por zonas segundo a Lei de Investimento Privado e, com base nisso, são definidos os incentivos fiscais para os investimentos. Acredita que as políticas fiscais desta zona incentivam os investidores à realização de negócios no Huambo?

Acreditamos que a redução até 75%, e por um período de até quatro anos, das taxas predefinidas para os vários impostos a que as

sociedades comerciais estão sujeitas, constitui um incentivo para a dinamização de negócios em prol do crescimento do Huambo, aliado às várias potencialidades oferecidas pelas províncias.

## A PGR diz que não vai tolerar corrupção na aplicação dos fundos do PIIM. As autoridades do Huambo são capazes de detectar qualquer irregularidade no que diz respeito ao cumprimento rigoroso da lei da probidade pública, i.e., da lei da contratação?

Sim.

## Mas...

Apesar de todas as actividades humanas serem falíveis e não isentas dos riscos e possíveis viés, seremos implacáveis e levaremos à justiça todos os que tentarem subverter os nobres propósitos desta grande iniciativa, que é o PIIM. Outrossim, não nos podemos esquecer de que uma das principais bandeiras do programa de governação do MPLA é o combate à corrupção e à impunidade.

## Defende sanções aos administradores municipais que não prestem

## contas no âmbito do Programa da Luta Contra a Pobreza?

Defendo, naturalmente. Conforme previsto em vários diplomas legais vigentes no país.

Neste sentido, apelamos aos mesmos que utilizem da forma mais racional possível os recursos disponibilizados no âmbito, de forma a alcançar os objectivos traçados pelo executivo.

## Há ainda outro ponto, que quase passou despercebido em termos públicos, que é a denúncia sobre o tráfico de influências e o favoritismo na adjudicação de prestação de serviços no hospital geral...

O Hospital Geral do Huambo é uma unidade orçamental que, devido ao seu elevado leque de necessidades, tem autonomia para gerir, adquirir bens ou serviços.

## Logo...

Logo, o nosso foco, enquanto Governo, tem sido apelar à direcção do Hospital para que, enquanto instituição de saúde que é, prima pelo estrito cumprimento das normas de contratação pública e se centre, em primeira instância, no benefício colectivo, em detrimento de qualquer favoritismo (seja lá a quem for).

## Havendo matéria em eventuais denúncias?

Deverão ser accionados os mecanismos que bem conhecemos, tanto por via do IGAE como por via das instâncias judiciais e criminais.

## Qual é o rácio médico/habitante na província?

A província do Huambo tem actualmente um rácio perto de 0,2 médicos por 1000 habitantes. E, já agora, de 1,87 enfermeiros por 1000 habitantes.

## Há efectivamente um caminho ainda significativo a percorrer...

Principalmente no que diz respeito aos médicos, tendo em conta que a OMS recomenda para países em desenvolvimento o rácio de 1/1000 no caso dos médicos e 2,31/1000 de enfermeiros.

Tal como temos tido oportunidade de observar, o Executivo não tem poupado esforços na busca dos indicadores ideais e da estabilidade do sector da Saúde angolano. Com determinação, compreensão, compromisso e colaboração de toda a população, lá chegaremos.

## Como está a conduzir a crise do coronavírus, numa província que

**“O nosso foco, enquanto Governo, tem sido apelar à direcção do Hospital para que, enquanto instituição de saúde que é, prime pelo estrito cumprimento das normas de contratação pública.”**

### registou uma alta no número de novos casos?

Em conjunto com as autoridades sanitárias e outros parceiros, temos dado uma resposta que vem permitindo o controlo da situação, na certeza de que a única maneira de lidar com ameaças sanitárias é por meio de uma cooperação intensa entre o Governo e a população. De acordo com o boletim epidemiológico da Direcção-Geral da Saúde, neste momento, e depois da explosão da doença no início de 2020, de entre um total de 848 casos, registou-se 756 recuperados, 64 casos activos e 28 óbitos. Lamentavelmente, o elevado número de casos na província deve-se a múltiplos factores, sendo um deles a baixa adesão às medidas de biossegurança. Aproveitamos para apelar mais uma vez à população que só uma prevenção adequada com o uso de máscaras, correcta higienização das mãos e o distanciamento social nos pode proteger.

### Tem alguma política para impedir o aumento da construção anárquica de casas ao redor do aeroporto?

Foi constituída uma equipa de trabalho com elementos da Administração Municipal do Huambo, da Empresa Nacional de Navegação Aérea, da Sociedade Gestora de Aeroportos e do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, supervisionada pelo Gabinete Provincial de Infra-estruturas, a fim de se notificar a população envolvida, impedir o avanço de tais construções, esclarecer e sensibilizar para os elevados riscos associados à zona. E, gradualmente, redireccionar a população para áreas que ofereçam maior segurança.

### Defende que a província, pela sua dimensão e importância, deveria ter um aeroporto maior?

Dada a posição geoestratégica privilegiada, seria importante para os próximos tempos contar com um aeroporto de dimensão internacional que, além de atender a região, servisse de alternativa ao Aeroporto Internacional de Luanda, incluindo um sistema intermodal que articulasse o transporte aéreo, rodoviário e ferroviário.

### Há cada vez mais reclamações quanto à pouca informação, às vezes contraditória, sobre a forma de aquisição de apartamentos na nova centralidade...

As informações a respeito da forma

de aquisição de apartamentos na nova centralidade foram tornadas públicas por intermédio do Decreto Presidencial 278/20 de 26 de Outubro, depois reforçado por via de comunicados do Ministério das Obras Públicas e do governo da província do Huambo. Quanto ao preço das habitações, foi tornado público pelos decretos executivos 363 e 364/20, ambos de 24 de Dezembro. Estes documentos estão disponíveis para quem esteja interessado em consultar e guiar-se por informações credíveis, ao invés de se deixar levar por “palavreados” de alguns círculos pouco esclarecidos sobre o assunto.

E...

Além disso, o governo provincial tem estado inteiramente disponível para esclarecimentos adicionais sempre que necessário.

### Qual a razão para a barragem do Ngove continuar a trabalhar “a meio gás”?

No que diz respeito ao consumo de energia eléctrica, a energia produzida pela barragem de Laúca, que chega à cidade através da Subestação do Belém do Huambo, é suficiente para a demanda da província. Deste modo, a Barragem do Ngove está hoje a funcionar apenas com uma máquina, para efeitos de regularização do caudal do rio Cunene e para viabilizar o funcionamento da Hidroeléctrica da Matala (Huíla).

### Como se explica que a comuna do Cuíma, onde se encontra localizada a barragem, não tenha energia eléctrica?

Falta a construção de uma linha de transporte do Ngove para a sede do Cuíma.

É uma situação que continua a ser objecto da devida atenção, tanto da parte da Administração do Município da Caála como do Governo Provincial. No entanto, contamos ter a situação resolvida assim que estejam criadas as condições para a construção da referida linha.

### O lixo da cidade está a ser atirado para junto do Instituto de Investigação Agronómica. Tem algum plano para pôr cobro a essa situação?

O actual local de deposição é considerado provisório, pois deve-se, em grande parte, à inacessibilidade ao aterro sanitário da Catenguenha, que dista sensivelmente 22 quilómetros e cuja via carece de obras profundas, pelo que oferece uma série de constrangimentos.

## NÚMEROS

# 0,2

A província do Huambo tem actualmente um rácio perto de 0,2 médicos por 1.000 habitantes. E de 1,87 enfermeiros por 1.000 habitantes.

# 341

Mil milhões de metros cúbicos é a capacidade de recepção de resíduos do aterro sanitário, que ocupa uma mancha de terreno de cerca de 100 hectares. A sua vida útil vai depender do ritmo a que a deposição de resíduos for efectuada.

# 22

Quilómetros é a distância que separa o centro da cidade do aterro sanitário da Catenguenha. A via necessita de obras profundas, provocando em grande parte, a inacessibilidade ao aterro.

# 75%

É a proporção da redução por um período de até quatro anos, das taxas predefinidas para os vários impostos a que as sociedades comerciais estão sujeitas, no âmbito dos incentivos para a dinamização de negócios em prol do crescimento do Huambo.

Assim que se reabilitar a estrada - o que esperamos fazer num curto espaço de tempo -, o aterro terá, em princípio, condições técnicas para receber resíduos.

### Que capacidade tem o aterro e como será gerido?

O aterro ocupa uma mancha de terreno de cerca de 100 hectares e tem uma capacidade de recepção de 341 milhões metros cúbicos de resíduos. A sua vida útil vai depender do ritmo a que a deposição de resíduos for efectuada, o que dependerá dos hábitos de prevenção, reutilização e reciclagem que se pretende implementar. Quanto à gestão, deverá funcionar como uma Unidade de Valorização de Resíduos, por via de parceria público-privada. É relevante acrescentar que vai ser necessário reforçar a capacidade operacional e contratual da Administração Municipal do Huambo.

### Não a preocupa os habituais registos de pancadaria entre militantes de partidos políticos opostos, sempre que nos aproximamos das eleições?

Preocupa-me . Naturalmente.

### E não atribui também responsabilidade aos seus antecessores e outras autoridades provinciais por permitirem estas intolerâncias?

Não basta imputar de forma abstracta a prática de crimes, é necessário prová-los.

### Insisto: a um ano das eleições, o que pensa fazer para que não se repitam essas intolerâncias?

É de facto uma situação reprovável que foi sendo observada em determinadas ocasiões.

É importante a promoção de uma campanha alargada de sensibilização, cujo objectivo seja alertar os cidadãos para o facto de Huambo não necessitar de crispação e conflitualidade artificial, mas antes de um ambiente de concertação. Necessitamos de uma sociedade civil forte, respeitadora e solidária. Por isso, devem ganhar maior importância a defesa, a promoção da transparência e o respeito, numa perspectiva de cooperação entre actores sociais e comunidade. Antes de assumirmos qualquer militância partidária, somos de Angola, somos do Huambo. Deve ser pela província que nos devemos unir.

### Há quem ache que está a perder o fulgor de outros tempos, quando

### era reconhecida como uma incansável administradora de Caála e, depois, como vice-governadora da província...

Não sei se esta será a conjuntura mais adequada.

### Porquê?

Pela forte razão de que estamos a viver a pior crise sanitária da nossa história recente, atrelada a uma outra crise económica com uma dimensão ainda impossível de calcular - o que obriga a algumas restrições orçamentais. Basta olharmos para as Perspectivas Económicas para a África Subsariana do FMI, que apontam que em algumas das maiores economias africanas - entre as quais constam Angola, África do Sul e Nigéria - o crescimento não voltará aos níveis pré-crise antes de 2023 ou 2024.

?!

Contudo, devo deixar claro que, juntamente com a minha equipa, mantenho o mesmo nível de compromisso com a minha província e a minha pátria, acreditando que é possível adaptarmo-nos ao contexto actual, mudá-lo sem demagogias, nem falsas promessas. Com consciência das dificuldades, dos obstáculos, com sentido de responsabilidade e, essencialmente, com a ajuda de todos, elevaremos o Huambo para níveis superiores aos de hoje.

As experiências que tenho vivido têm contribuído menos para “perder o fulgor, e mais para alcançar maior maturidade no desempenho das minhas actuais funções.

### Ser mulher na modalidade de governadora é uma vantagem para obter votos femininos ou nem por isso?

Creio que os ganhamos [os votos] não devido ao facto de sermos homem ou mulher, mas sim pelos resultados que devemos alcançar, no exercício das nossas funções, em prol do interesse colectivo.

### O que a senhora faz nas oito horas úteis de trabalho?

Tendo a trabalhar um pouco mais do que oito horas, sempre na busca de soluções que ajudem a melhorar o bem-estar colectivo.

### Qual é o seu sonho enquanto governadora do Huambo?

Há poucas coisas que sejam tão maravilhosas como ajudar a construir o futuro do Huambo em bases sólidas.

# Economia/Política

EMPRESAS PORTUGUESAS RELATAM DIFICULDADES

## Angola garante que já pagou 81% dos atrasados

**DÍVIDA.** Montante certificado abaixo do valor reclamado pelos portugueses. Pagamentos conheceram poucos desenvolvimentos no ano passado, com o Ministério das Finanças a justificar-se com a pandemia e com a queda do preço do petróleo.

(254 milhões de dólares), garante o Ministério das Finanças, em resposta ao VALOR.

Os dados indicam que as dívidas de 24 das 40 empresas estão “completamente pagas e as demais, maioritariamente, encontram-se em fase bastante adiantada”.

No entanto, inúmeras empresas portuguesas relatam várias dificuldades “por causa da dívida de Angola”. Há casos de empresas que foram obrigadas a vender os pertences para “equilibrar as despesas e subsistir de alguma forma”. Algumas, até 2017, tinham mais de 100 trabalhadores, actualmente, têm menos de uma dezena.

Os relatos indicam que, desde a visita do presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, em Março de 2019, que as negociações entre o Ministério das Finanças e estas empresas aceleraram “bastante”, mas os processos “desaceleraram” em 2020.

O Ministério das Finanças justifica o “abrandamento em 2020 com o contexto económico fortemente influenciado pelos efeitos da pandemia covid-19 e a queda dos preços do petróleo no mercado internacional”, neste ano.

E garante que o Executivo “continua firmemente engajado no processo de regularização de atrasados com todos os seus fornecedores sem qualquer discriminação pela sua origem”, realçando que a dívida para com as empresas portuguesas “continua a ser regularizada”.

O Ministério dá conta, por exemplo, que as principais dificuldades nas negociações foram “o clima de permanente depreciação da moeda nacional bem como o pagamento com base em Obrigações do Tesouro Não-Reajustáveis (OT-NR), que faz com que as empresas se sujei-



# 40

Fornecedores de diversos serviços estão registados nas Finanças

tem a descontos relevantes para transformarem em liquidez”.

Mas a maior parte destas empresas, apesar das dificuldades, “tem conseguido chegar a acordos de regularização de dívida, e muitas delas têm usado as OT-NR para colateralizar operações de financiamento

Em Maio de 2019, por exemplo, o Governo já dava conta de ter desembolsado 250 milhões de dólares da dívida certificada.

Durante a visita de Marcelo Rebelo de Sousa, as empresas portuguesas reclamavam uma dívida de entre os 400 e 500 milhões de euros (420 a 530 milhões de dólares), mas Angola situava o valor na ordem dos 300 milhões de dólares. O Presidente João Lourenço garantia, na altura, que a dívida estava “gradualmente” a ser reduzida e deixava claro que a “dívida é para ser paga”.

O Governo definiu três fases no processo de regularização das dívidas das empresas que passavam pelo reconhecimento, certificação e pagamento.

### TUDO À VENDA

Uma das empresas portuguesa que reclama não ter ainda a dívida saldada colocou à venda, na internet, o seu equipamento incluindo material de escritório. Especialista na construção de estradas, a empresa sentiu-se obrigada a desfazer-se de tudo o que investiu por não ter forma de continuar as operações em Angola. No Facebook, colocou à venda dezenas de camiões, tractores, betoneiras, geradores, empilhadoras, escavadoras, compactadoras de rodas e de cilindros, vibrocabadoras, entre outros equipamentos, de marcas de topo, como a Volvo.

A empresa, com sede no Norte de Portugal, instalou-se em Angola em 2008. Contactada pelo VALOR, uma fonte da empresa limita-se a justificar a venda de todo o equipamento com as dificuldades de tesouraria, precisamente por causa dos atrasos “no recebimento da dívida do Estado”. No entanto, pediu o anonimato justificando com receios de prejudicar as negociações com o Governo.

junto dos bancos e continuar a investir em Angola”, garante o Ministério. “O pagamento de atrasados tem permitido às empresas atenuar as adversidades do actual momento económico”, finaliza.

### EMPRESAS RECLAMAM QUASE 400 MILHÕES DE DÓLARES

As empresas portuguesas reclamam um montante de 254,8 mil milhões de kwanzas (382 milhões de dólares). Angola certificou apenas 191,5 mil milhões de kwanzas (312,2 milhões de dólares).

Por Isabel Dinis

**A**ngola já pagou cerca de 81% do montante certificado dos atrasados que tem para com as empresas portuguesas, segundo dados das Finanças, mas, ainda assim, há empresas a enfrentar dificuldades atribuídas à falta de pagamento por parte do Governo.

Actualmente, estão registados 40 fornecedores de diversos sectores, cujo montante da dívida certificada é de 191,5 mil milhões de kwanzas (312,2 milhões de dólares), dos quais já se encontram regularizados 155,8 mil milhões de kwanzas

DESDE 1992 ATÉ 2020 o país registou 98 projectos de investimentos provenientes de França, segundo adiantou o Presidente do Conselho de Administração da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), António Henriques da Silva, durante a reunião que manteve com a equipa económica da Embaixada Francesa.

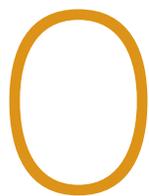


## INVESTIGAÇÃO MARINHA PARALISADA

# Dados das Pescas continuam sem a “precisão científica desejada”

**SECTOR PESQUEIRO.** Das poucas vezes que se fez ao mar, o navio de investigação de 80 milhões de dólares que devia determinar a quantidade de pescado voltou avariado. Instituto de investigação admite recurso a “outros métodos, para determinar a biomassa”, mas não os precisou.

Por Júlio Gomes



Ministério da Agricultura e Pescas, através do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP), prepara-se para

dar os detalhes sobre a paralisação do navio ‘Baía Farta’, adquirido para os cruzeiros científicos que servem para se determinar o potencial dos recursos marinhos e as quantidades das capturas.

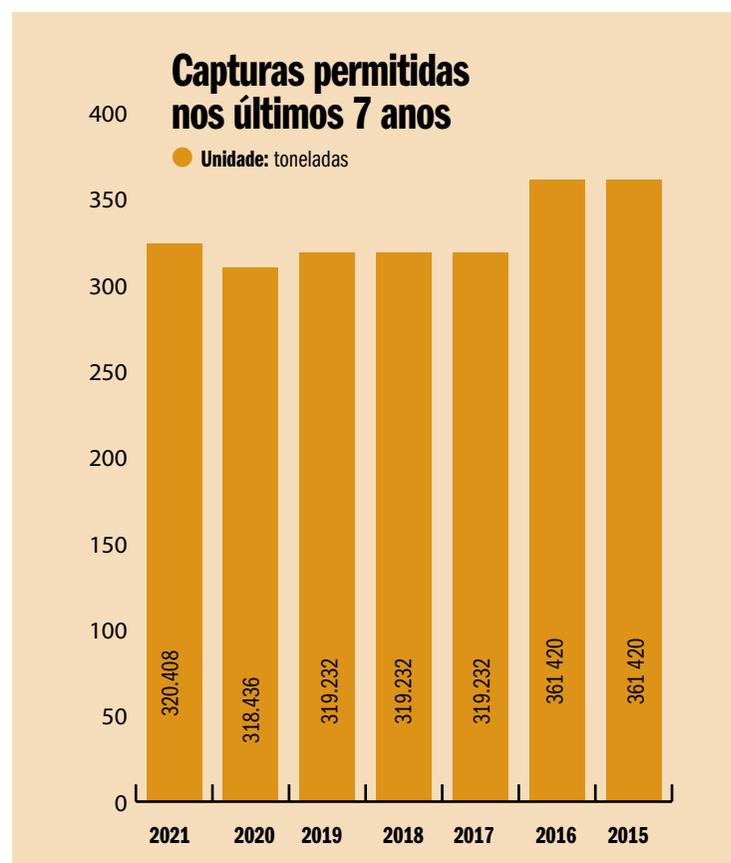
No país, há cerca de dois anos, o navio chegou, entretanto, “com muitas inconformidades”, que o levam invariavelmente a ficar atracado na baía de Luanda, como confirma fonte do Ministério. “Por causa das inconformidades, infe-

lizmente o ‘Baía Farta’ não pode ser útil aos cruzeiros de investigação que deviam ser regularmente apresentados ao Governo”, precisa a fonte, garantindo estar a trabalhar-se num documento que “breve-mente será apresentado com todos os detalhes”.

### DADOS RECENTES SÃO DE 2017

Com o navio paralisado e pouco se podendo fazer, diversos stakeholders colocam em causa a fiabilidade dos dados apresentados anualmente pelo Ministério, no âmbito do regulamento que determina os números das capturas anuais.

Os dados do regulamento para 2021, por exemplo, não são actuais, e estima-se que tenham sido calculados com base no último rastreio feito por um dos mais avançados navios de investigação norueguês



‘Dridtjof Nasen’, em 2017, ou seja, um ano antes da chegada ao país do ‘Baía Farta’. “O Dridtjof Nasen serviu para estudar, pela última vez, a dinâmica das espécies pelágicas (peixes de superfície, com destaque para o carapau) e os ecossistemas, do Gabão à África do Sul. Nesta altura, a costa angolana foi

coberta desde a foz do rio Congo até à do Cunene, durante um mês”, explica a fonte, lembrando que os cruzeiros que incluíam também biólogos angolanos duraram pouco mais de três décadas. “Mas desde 2017 que não se faz um profundo trabalho de investigação”, insiste.

Outra fonte ligada ao Instituto

de Investigação Pesqueira descarta, no entanto, que o mesmo esteja à deriva, já que “existem outros métodos que podem ser usados para determinar a biomassa”. Métodos que, entretanto, não especificou.

O período de apresentação do regulamento sobre a quantidade de capturas, que deve acontecer todos os anos a 15 de Dezembro (depois dos cruzeiros), para entrar em vigor em Janeiro, desta vez, foi anunciado apenas no primeiro trimestre, um atraso que também deve ser abordado no aguardado documento. O regulamento determina a pesca anual de 4.590 toneladas de camarão, lagosta, caranguejos e chocos.

Para os peixes (cachucho, corvina, garoupa, pescada, roncadador e similares) o regulamento determina a captura anual de 77.088 toneladas, ao passo que para o carapau e a sardinha estão fixadas em 290.370 toneladas anuais.

Informações sobre o percurso do navio dão conta que, das poucas vezes que se fez ao mar, “ia às Palmeirinhas e voltava avariado, quando deve operar durante meses”, colocando-se em causa os dados do Ministério.

### DINHEIRO BEM EMPREGUE, MAS...

Outro facto questionado por técnicos do Ministério é a redução do potencial do navio de investigação aos mares angolanos, considerando a dimensão e os 80 milhões de dólares do seu custo. “Como é grande, porque nós os angolanos temos a mania da megalomania, devia ser operado por Angola, Namíbia e África do Sul, resultando daí ganhos financeiros para o nosso país”, avalia um técnico que menciona elogios ao antigo ministro das Pescas, Salomão Xirimimbimbi, de quem partiu a proposta para a aquisição do navio. “No entanto, não foi Xirimimbimbi que escolheu o modelo do navio porque depois foi exonerado”, refere a fonte que considera também “bem empregues” os 300 milhões de dólares investidos na compra de barcos para a pesca artesanal. “O que se passou é que as embarcações vieram para além de GPS com sistemas avançados de sonar. Portanto, eram superiores à qualidade dos nossos pescadores”, sendo por isso que “o antigo governante pensava também na criação de instituições de ensino para capacitar os nossos homens do mar”, sendo um dos exemplos a Academia de Pescas do Namibe já em funcionamento.

## Economia/Política

# China-Angola: momentos conturbados no 'casamento por conveniência'

**ANÁLISE.** A iminente entrada em cena de empresas chinesas nos concursos públicos nacionais, anunciada e confirmada por fontes oficiais de ambos os lados, revela um período menos simpático nas relações sino-angolanas e fez emergir mais alguns sinais de preocupação entre outros parceiros económicos e comerciais ocidentais de Angola.



Por Mario Paiva

Importa perceber o contexto, além deste episódio aparentemente inócuo, que não mereceu muita atenção no espaço público.

A lua-de-mel das relações já expirou faz tempo pressionada, por um lado, pelo abrandamento da economia chinesa e, por outro, pela reestruturação da dívida de Angola à China, face à drástica redução das reservas cambiais.

Começamos pelo princípio, a entrada dos chineses nos concursos públicos. A questão emergiu depois de ter sido divulgado, no início do mês de Fevereiro, um comunicado da Secção Económica e Comercial da Embaixada da China revelando ter recebido uma carta do Ministé-

rio da Saúde (Minsa) a convidar as empresas chinesas a registarem-se no Portal da Contratação Pública de Angola, para concorrerem para o fornecimento de medicamentos e equipamento médico, depois de aquele ter lançado um concurso público para a aquisição de medicamentos e equipamento médico que devia expirar a 2 de Março.

Importa reter um desenvolvimento recente que ocorreu com a entrada em vigor da nova lei dos contratos públicos, a 23 de Janeiro último, em que se pode destacar, entre as novidades, o já polémico procedimento de contratação emergencial e de um procedimento electrónico pragmático, sob pretexto da agilização da contratação de bens e serviços no contexto da pandemia.

A nova lei, além de incluir novos procedimentos de contratação pública, traduz a simplificação e criação de um novo regime

## MEMORIZE

- Parece difícil que Angola possa fugir ao 'casamento de conveniência' com parceiro chinês que por agora atravessa 'marés turbulentas', num momento em que se acentua o declínio da produção petrolífera nacional que caiu mais de um terço.

sancionatório, que agora vai de um espectro de 550 a 3.300 dólares para pessoa singulares e de 2.700 a 16.500 dólares para empresas.

Os processos de contratação pública em Angola foram invariavelmente acompanhados de uma narrativa de corrupção e falta de transparência que o Presidente João Lourenço tentou dirimir ou minimizar com diversas medidas, entre as quais a criação, em

Abril de 2018, de uma Unidade de Contratação Pública (UCP), concentrando nesse serviço todos os processos de contratação, como objectivo declarado conceder "rigor e profissionalismo" para obstaculizar a corrupção e a fraude, visando alcançar a melhoria da "qualidade da despesa pública".

Um desiderato que parece ainda muito longe de ser alcançado. Basta recordar que apesar de o director do SNCPE (Serviço Nacional de Contratação Pública), Saydi Fernandes, ter tornado público, em Dezembro de 2020, que Angola tinha realizado 20 aquisições de bens e serviços em 2018, num valor de 309 mil milhões de kwanzas (quase 400 milhões de dólares), tendo, alegadamente, permitido "poupar" 99,75 mil milhões de kwanzas (cerca de 130 milhões de dólares), esses números são absolutamente insignificantes, face à dimensão da

corrupção que o próprio Presidente tinha admitido existir, ainda no ano passado, quando afirmara, numa entrevista ao 'Wall Street Journal', que o Estado angolano tinha sido lesado em 24 mil milhões de dólares, um valor superior à dívida de Angola ao principal credor, a China.

Estima-se que 107 dos 135 procedimentos abertos, entre Janeiro de 2018 e Agosto de 2020, tenham sido realizados por ajuste directo, ou seja contratação simplificada, calculando-se que tenham sido adjudicadas obras no valor total de 2,5 mil milhões de dólares. Semelhante valor adensa as preocupações do frágil tecido empresarial nacional fortemente debilitado pelo impacto da pandemia da covid-19 e não só.

Desde o final de 2020 que já se adivinha, apesar da relutância do lado chinês, que a única saída seria conceder uma certa folga na resolução da dívida de Angola, algo que

## A lua-de-mel das relações já expirou faz tempo pressionada, por um lado, pelo abrandamento da economia chinesa e, por outro, pela reestruturação da dívida de Angola à China, face à drástica redução das reservas cambiais.

aconteceu no início deste ano, tendo os principais credores de Angola, designadamente os bancos chineses BDC (Banco de Desenvolvimento da China) e BICC (Banco Industrial e Comercial da China) anuído apenas ao pagamento dos juros da mesma, postergando o pagamento das amortizações para um horizonte de sete e três anos.

À medida que escasseiam as reservas internacionais de divisas, Angola está cada vez mais pressionada a reestruturar a dívida, pelo que a folga chinesa significa apenas um alívio momentâneo num momento em que o aumento da despesa pública em mais de 20% vai trazer maior pressão, atirando para as calendas gregas o proclamado desiderato de diversificação da economia.

O default (incumprimento) zambiano colocou Angola na difícil posição de país africano mais exposto entre os credores, tendo a Redd Intelligence de Londres confirmado que três quartos dos mais de 20 mil milhões de dólares de dívida angolana à China foram caucionados pelo China Development Bank (Banco de Desenvolvimento da China, CDB na sigla inglesa).

As reservas internacionais líquidas situavam-se em 8.680,43 milhões de dólares, o equivalente a 12,29 meses de importação a 1 de Março de 2021, segundo o BNA, números mais ou menos constantes desde o início do ano. As reservas brutas estavam a 15.282,14 milhões de dólares, equivalentes a 12,29 meses de importações no mesmo período. O valor das RIL, muito abaixo do pico dos 34 mil milhões de dólares, registado em 2013, dão a dimensão da crise não obstante o recente optimismo de fontes oficiais.

Mas o modelo de financiamento chinês, suportado por garantias baseadas no petróleo, não significa, contrariamente a percepção comum, que Angola obtenha dinheiro vivo, pois os fundos são utilizados pelas empresas públicas chinesas para o desenvolvimento de projectos em Angola.

Uma pesquisa realizada por um grupo de investigadores da Universidade de Bucareste de Estudos económicos (Liviu Begu, Maria Vasilescu, Larisa Stanila e Rozana Clodnitchi) em 2018 sobre o Modelo de Investimento China-Angola estima que, desde 2010, quase metade das exportações de petróleo tiveram como destino a China e, tendo em consideração

que os pagamentos dos empréstimos chineses eram apoiados no preço do petróleo do momento, isso conduzia automaticamente ao aumento das exportações quando a cotação do barril estava em baixa. Sequer no domínio do emprego os acordos com a China foram favoráveis, na medida em que as companhias chinesas introduziram em Angola os próprios trabalhadores.

Cerca de 260 mil chineses tinham trabalhado em Angola até meados de 2019, ocasião em que o director-adjunto do Departamento dos Assuntos Africanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Li Chong, confirmou estes números na abertura de uma conferência internacional da comunidade China-África sobre a 'Nova Rota da Seda e a Cooperação', que decorreu em Pequim de 7 a 21 de Maio de 2019, embora se acredite numa redução significativa destes números em consequência do agravamento da crise económico-financeira, primeiro, e depois da pandemia da covid-19. Não são conhecidos números oficiais exactos actualmente.

Parece difícil que Angola possa fugir ao 'casamento de conveniência' com parceiro chinês que por agora atravessa 'marés turbulentas', num momento em que se acentua o declínio da produção petrolífera nacional que caiu mais de um terço desde 2015, quando as grandes companhias decidiram diminuir os investimentos, face à queda acentuada de preços do barril do bruto.

A produção angolana caiu no

seu nível mais baixo em 15 anos, situando-se abaixo dos 1.2 milhões b/d desde Novembro, inferior aos níveis da Líbia sob guerra civil em Dezembro passado, confere a Bloomberg. Com o preço do barril em baixa, nos últimos anos as grandes companhias deixaram de considerar atractivos os investimentos.

Angola tem tentado abrandar o declínio da produção em diversas frentes, incluindo a licitação de novos blocos e a reestruturação da Sonangol, tendo o próprio ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, reconhecido os erros da estatal, assumindo que deveriam ter sido feitos maiores investimentos nas operações, refinação e capacidades. Nas actuais circunstâncias, a meta média de 1.22 milhões b/d estabelecida pelo Governo ainda está num nível modesto.

A China respondia por 70% das exportações ao final de três trimestres de 2020 (i.e., até Setembro) e era o segundo maior fornecedor, segundo o BNA, que colocava a Índia como o segundo destino de exportação do bruto com uma quota de 6.6%, seguido de outros destinos tais como Tailândia (5.2%), Singapura (2.6%) e França (2.24%).

Portugal surge como principal fornecedor no mesmo período com 14.4% do total das importações angolanas, logo seguido da China, com 13.8%. Importa salientar que as importações dos principais parceiros comerciais experimentaram um declínio no período homólogo, designadamente de 26.6% de Por-

tugal e 33.6% da China.

Ainda segundo dados do banco central angolano, a actividade económica permaneceu fraca em 2020, apontando para uma queda do PIB de pelo menos 4%, de ano a ano. Uma evolução previsível tomando em linha de conta o persistente declínio da produção petrolífera e baixa do preço do bruto, aliado ao impacto negativo da covid-19 nos sectores não-petrolíferos.

A agência Eaglestone Securities realçou recentemente que "Angola continua a enfrentar riscos significativos devido à persistente dependência do sector petrolífero, elevados

níveis de dívida e a incerteza do ambiente económico global". Nem a contenção orçamental, nem a gestão da dívida externa, nem reformas estruturais efectivas parecem concretizar-se de modo a mitigar os riscos actuais para encontrar uma saída de cinco anos sucessivos de recessão.

Relativamente às condições laborais, um relatório do Ceic/Ucan sobre as relações sino-angolanas de Agosto de 2019 refere que "as condições laborais dos trabalhadores angolanos nas empresas chinesas, em geral as de construção civil, têm sido alvo de muitas críticas por vários sectores da sociedade". Um estudo recente citado pelo Ceic, sobre Condições de Emprego em Angola, feito pelos investigadores Carlos Oya e Fernandes Wanda revela que "as práticas nas empresas chinesas mudaram muito nos últimos 10 anos" e as mesmas estão a empregar mais mão-de-obra local do que nos anos anteriores.

Segundo o Ceic, "o estudo ainda mostra que, em comparação às empresas angolanas e outras ocidentais que operam nos sectores de construção civil e na indústria de materiais de construção, as empresas chinesas são as que mais empregam pessoal nacional não qualificado, que, em geral, são mais jovens e relativamente mais pobres, muitos dos quais provinidos do centro sul do país e encontram o primeiro emprego nestas empresas".

Quanto à remuneração, o estudo supracitado revelou que as empresas chinesas pagam, em média, 24.993 kwanzas por mês ao pessoal não qualificado, enquanto as empresas nacionais e as ocidentais pagam relativamente mais, ou seja, 37.181 kwanzas. Para o pessoal semi-qualificado, a remuneração média mensal paga é quase a mesma entre as empresas chinesas e as outras empresas, 63.971 kwanzas nas chinesas e 62.671 kwanzas nas outras. (Oya e Wanda 2019, Condições de Emprego em Angola, página 40).

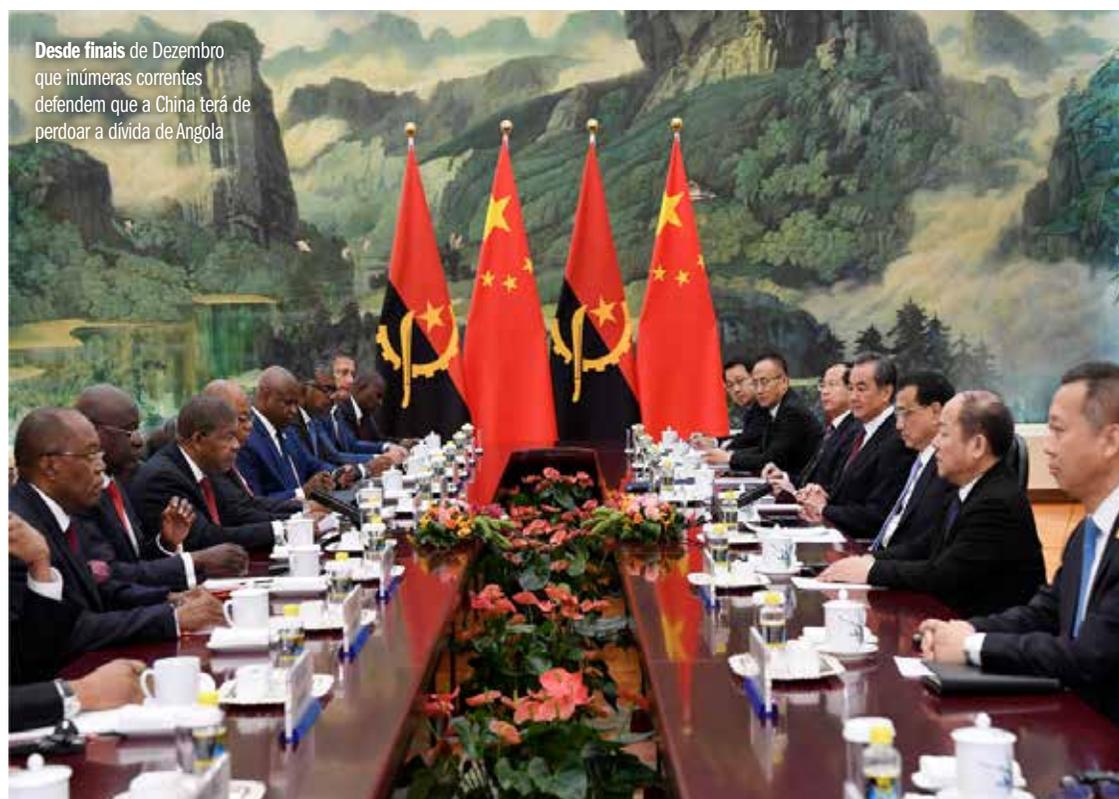
O corrente ano, tanto em Angola como a escala continental [é] apresenta[do] um conjunto de desafios nas relações sino-africanas marcadas, sobretudo, pela emergência e impacto da covid-19 desde o ano passado. Claramente, antecipa-se já uma redução dos empréstimos chineses, numa perspectiva mais restritiva e selectiva em linha com uma maior gestão de riscos.

# 260

Mil, número de cidadãos chineses que trabalharam em Angola até meados de 2019.

# 70

Porcentos das exportações angolanas têm como destino a China



Desde finais de Dezembro que inúmeras correntes defendem que a China terá de perdoar a dívida de Angola

# Mercados & Negócios



CÁLCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

## Sonangol estimada entre 22 e 27 mil milhões USD

**PETRÓLEO.** Estimativa fixa em cerca de 6,4 mil milhões de dólares o que o Estado pode ganhar com a venda dos 30% da empresa. Especialistas questionam números, considerando subvalorizado.

Por César Silveira

A Sonangol, a maior empresa pública do país, está avaliada entre 21,8 e 27 mil milhões de dólares. A estimativa foi fixada com base no fluxo de caixa e com apoio da

consultora Ernest & Young contratada para trabalhar no processo de alienação de 30% da petrolífera.

“Assim, os 30% destinados para a alienação seriam equivalentes a 6,4 mil milhões de dólares”, estimou o administrador da Sonangol, Baltazar Miguel, durante a habitual conferência de imprensa anual da empresa.

É a primeira vez, há vários anos, que se torna pública uma estimativa sobre o valor da

empresa. A estimativa foi calculada considerando o conglomerado de negócios da empresa, apesar da decisão de desmembramento dos negócios não nucleares ou fora do sector petrolífero.

Há, entretanto, uma corrente que considera “muito subvalorizados” os números apresentados. Recentemente, por exemplo, num texto de opinião publicado no VALOR, António Vieira, antigo director da petrolífera Cobalt Angola, estimou entre 117,20 e

145,8 mil milhões de dólares o valor da petrolífera.

“Portanto, quanto vale a Sonangol simplesmente em função das suas reservas? Todos os outros ‘assets’ que a Sonangol possui neste momento não estão aqui reflectidos, uma vez que acredito terem, nessa ocasião, sido vendidos em separado. Assim sendo, os angolanos na cadeira do poder têm a obrigação de trazer para os cofres do estado entre 117 e 145 mil

milhões de dólares.”

Os defensores desta corrente entendem que “nenhuma avaliação é séria e honesta se não incluir as reservas das companhias” no cálculo do valor da empresa. Mas admitem ser “possível que se defendam com o argumento de que as reservas pertencem ao Estado e não à Sonangol, mas não é assim que deve ser feito o cálculo”.

O jurista Flávio Inocêncio também considera “um valor

**O RATING DO BANCO ECONÓMICO**, da Moody's, "pode vir a sofrer revisão" de acordo com comunicado da instituição financeira citando a agência internacional de rating, acrescentando que a Moody's "admite rever positivamente o rating logo que os accionistas avancem com as medidas" aprovadas para a recapitalização.



fazer dos negócios não nucleares, o que não quer dizer que, para se desfazer destes negócios não nucleares, não tenhamos de percorrer um percurso que, muitas vezes, implica entrar inicialmente, mas não perdeu o objectivo inicial. É o que está a acontecer com o Banco Económico e a própria actividade das telecomunicações. Temos de tornar os activos capazes de atrair quem queira comprar. Vamos fazer com todos os activos", refere o PCA da empresa.

No entanto, quando questionado sobre o custo envolvido na alienação dos três activos até agora vendidos, indicador que serviria para avaliar os ganhos do negócio, Sebastião Pai Querido apresentou outro discurso, salientando que o mais importante não é o que se ganha, mas desfazer-se dos activos não nucleares. "Para nós, o que nos interessa é que foi um activo 'não core', não fazia parte das nossas necessidades mantê-lo nos nossos horizontes, fizemos esta alienação e vamos continuar a fazer com os activos não ligados à actividade de core para que fiquemos uma empresa mais focada", explicou.

Em causa, estão três activos imobiliários em Portugal (um edifício na Avenida da República, em Lisboa, o antigo Convento de Brancanes, em Setúbal, e a Quinta do Lazareto, em Almada), vendidos por cerca de 40,6 milhões de euros e, muitas vezes, citados como vendidos abaixo do valor real.

#### INVESTIR EM RENOVÁVEIS SEM OUSADIA

Assim como grande parte das petrolíferas internacionais, a Sonangol também prepara caminho para investir nas energias renováveis como garantiu. "Estamos a fazer um percurso que visa esta transição de empresa só de 'oil and gas', mas também uma empresa de energia. O que não quer dizer que vamos parar o investimento no 'oil and gas', porque a maior fonte de receita para a maior parte das empresas que estão a fazer este mesmo percurso ainda é o 'oil and gas'. Mas estamos a acompanhar as tendências, sem imitar, mas procurar fazer com os pés assentes", declarou o PCA da petrolífera.

Questionado se, considerando a referida transição para as renováveis, a Sonangol nunca analisou a possibilidade de inves-



tir na Efacec, uma referência internacional nas renováveis que se encontra em processo de reprivatização depois de o Estado Português nacionalizar a posição (71%) que pertencia à Isabel dos Santos, o número um da Sonangol referiu que a empresa está virada para outros objectivos. "Sinceramente, neste momento, não estamos alinhados para isso, estamos focados nos nossos activos com que temos pleno controlo do que estamos a fazer e com as parcerias que temos. O efeito Efacec provavelmente ainda não está no nosso horizonte, porque não é nosso objectivo. Temos é no Namibe a parceria com a ENI e na Huila com a Total. É esse o nosso foco. Não vamos entrar porque alguém pretende que nós entremos ou não na Efacec."

A administração da Sonangol sublinhou, no entanto, que a Sonangol tem "hoje uma direcção de estratégia e gestão de portfólio" que "avalia o investimento em termos do equilíbrio a nível de toda empresa", estando, por isso, preparada para analisar diversas oportunidades.

#### LUCROS CAEM, PROVEITOS CAEM, DÍVIDA AUMENTA

O ano foi marcado por reduções em alguns dos principais indicadores financeiros da empresa com os lucros antes do pagamento dos impostos a cair 58,8%, passando de 4.779 para 1.971 milhões de dólares, enquanto proveitos operacionais recuaram 42,2% para 5.982 milhões de dólares.

A petrolífera justifica as reduções com "a baixa do preço do petróleo bruto decorrente da pandemia da covid-19". A situação pandémica, entretanto, ajudou a empresa a reduzir os custos operacionais para 4.011 face aos 5.452 milhões de dólares, ou seja, uma redução de 26% que também contou com "o ambicioso programa de redução de custos".

Em sentido oposto, a dívida líquida da petrolífera aumentou 80%, passando de 1.000 milhões para 1.801 milhões de dólares, "explicada pela exclusão dos fundos de abandono depositados em EscrowAccounts". Esta mesma transferência é apresentada como razão para o recuo em 40% da disponibilidade financeira que passou de 4.034 para 2.423 milhões de dólares.

#### UM ANO SEM EXPLORAÇÃO

No que diz respeito à actividade petrolífera, o ano ficou marcado pela não realização de qualquer actividade de exploração "devido a condicionantes logísticas impostas pela pandemia". Em 2019, foram realizadas oito actividades, repartidas entre a exploração de sete poços e a avaliação de um.

A produção de petróleo bruto registou uma variação negativa de 2,3% "devido à maturidade dos reservatórios e problemas operacionais adjacentes". Foram produzidos 237.411 bpd contra os 243.313 bpd de 2019. A produção dos blocos operados pela petrolífera de bandeira caiu, por sua vez, 17%, passando de 9.943 para 8.235 bpd. Com estes números, de acordo com a petrolífera, a meta de produção diária foi alcançada em cerca de 78%.

A exportação petrolífera, por outro lado, recuou 4% ao passar de 169,8 para 163,4 milhões de barris, 86,3 milhões dos quais pertencentes à Agência Nacional de Petróleo e Gás, enquanto concessionária que viu a sua exportação recuar 19% face a 2019.

#### Desempenho Prod e Exp Petrolífera

	2019	2020
Exportação Petróleo Bruto	163407578	169867084
Produção Petróleo Bruto	237414	24331
Prod Blocos Operados	8235	9943

#### Alienação de Activos (Propriv)

Concursos Públicos	9	3
Proc em negociação	9	1
Proc Concluídos	3	1
<b>Volum Neg (Milhões Euros)</b>	<b>40,6</b>	<b>6,5</b>

reduzido", acrescentando que o cálculo do do valor deveria considerar "não só as reservas mas o potencial de valorização, considerando a nova lei de conteúdo local"

Por seu turno, um quadro sénior do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás defende que, mesmo tendo em conta as reservas, é errado considerarem-se "as reservas globais porque muitos blocos estão atribuídos a outras empresas"

#### AMBIÇÃO DIFERENCIADA NO PROPRIV

A lógica da petrolífera no processo de alienação dos activos não nucleares da petrolífera tem sido, muitas vezes, questionada, sobretudo pelo investimento que continua a fazer em alguns dos activos que estão na lista dos alienáveis como aconteceu, por exemplo, com o reforço da sua posição na Unitel. "A Sonangol não perdeu do ponto de vista estratégico a intenção de se des-

# Mercados & Negócios

PELA FALTA DE APOIO ÀS MULHERES EMPRESÁRIAS

## Presidente da UPME crítica Governo

A presidente da União dos Pequenos e Médios Empresários de Angola (UPME), Beatriz Frank, lamenta a falta de políticas de incentivo dirigidas a mulheres empresárias e critica o Governo e os bancos. No topo das críticas, está a preferência pelo que é internacional em detrimento do que é produzido pelas empresárias nacionais, uma crítica ao Executivo e a “muitos angolanos”. “Isso faz com que a economia não gire, não se alavanquem as empresas existentes, de empresárias. Nos bancos, não existem campanhas de crédito-mulher ou algum programa que incentive as mulheres a empreenderem. Não existe campanha de capacita-

ção técnica, formação, apoio direccionado para que sejam cada vez mais fortes e tenham condições financeiras para que possam criar mais empregos”, lamenta.

A líder associativa explica esta falta de sensibilidade, exemplificando com a acção do ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, por “não ter cumprido a tão esperada promessa de enquadrar as mais de 200 pequenas e médias empresas da União no leque das abrangidas pelo alívio financeiro no âmbito do Prodesi, conforme acordado na reunião de Junho do ano passado”. “É difícil, muitas mulheres perderam a esperança pelo facto de verem as empresas fecharem, a não terem nenhum financiamento como se solicitou, as excessivas burocracias a não melhorarem e o Governo

a não tomar medidas propícias para aliviar esta situação da parte dos pequenos e médios empresários”, sublinha Beatriz Frank.

Para a dirigente associativa, o principal desafio das empresárias angolanas prende-se, em primeiro lugar, em provar a competência, depois ultrapassar os tabus existentes na sociedade. “A nível de bancos, quando, muitas vezes, se solicita um valor de financiamento, olham e a primeira coisa que pensam é que se vai gastar os valores e não utilizar para o fim que foi solicitado. O outro é superar os assédios, nos inícios de reuniões, os homens olham sempre como mulher e não como uma empresária, ou como a cabeça de uma empresa.”

Por: **Guilherme Francisco**



**Beatriz Frank**, presidente da União dos Pequenos e Médios Empresários de Angola (UPME),



15 MILHÕES DE DÓLARES

## Grupo Fazenda Capeca investe em terra abandonada

O Grupo Fazenda Capeca, que lidera projectos no Uíge, Huambo, Cunene e Kwanza-Norte, investiu cerca de 15 milhões de dólares na recuperação de um projecto agro-pecuário no Kwanza-Norte que se encontrava “abandonada, com antigas estruturas destruídas e adquirida ao anterior proprietário, com o objectivo da sua renovação”.

“Construíram-se novas instalações, parques, semearam-se pastos, recuperou-se açudes de água, adquiriram-se máquinas e pivôs e, finalmente, introduziu-se gado adquirido, essencialmente na Namíbia”, informa uma nota da empresa que tem como administrador Jaime Pereira, que lembra o investimento feito: “ultrapassa os 15 milhões de dólares”.

Para os próximos dois anos, estão previstos investimentos de cerca de 20 milhões de dólares no projecto que conta com

o apoio do BIC Agro.

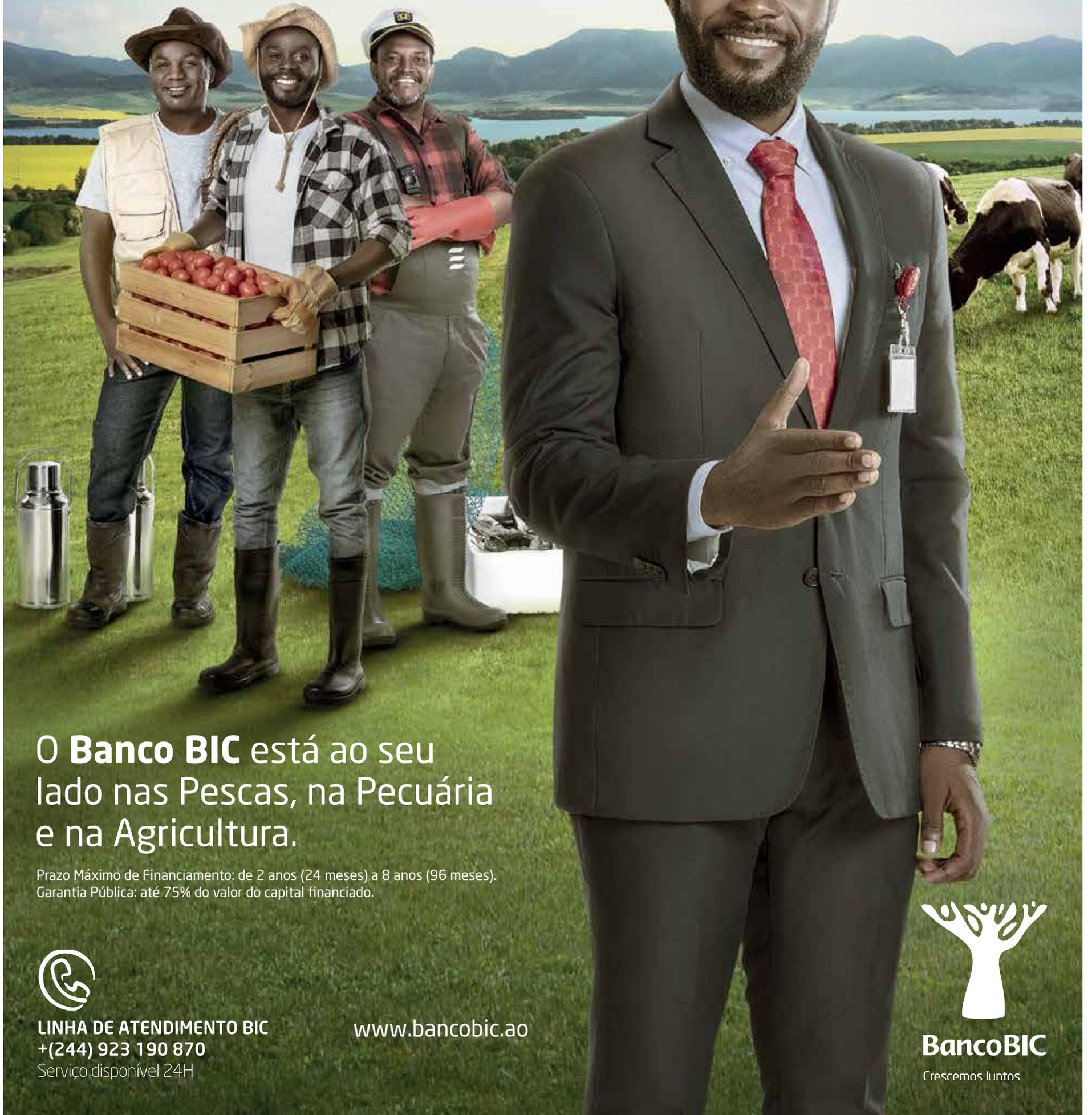
O investimento vai além da recuperação das infra-estruturas, visto haver já investimentos na produção. “Na agricultura, já começámos a semear milho, soja e sorgo, que são matérias-primas para produzir ração com o objectivo, já realizado, de confinamento de bovinos e, no futuro, de suínos”, revela a instituição, justificando a aposta na suinicultura com a falta de gado bovino na região onde já existe um matadouro que tem sido subaproveitado.

“Havendo em Camabatela um matadouro e não havendo bovinos para abater, o Grupo Fazenda Capeca decidiu investir na suinicultura, como meio mais rápido de produção, pois cada porca produz, em média, 24 crias por ano. Para isso, a par da linha de bovinos e caprinos, vamos colocar uma linha de porcos no matadouro, esperando abater cerca de 80 mil porcos por ano, depois de todo o novo investimento realizado, e que se iniciou neste mês de Março”, assegura Jaime Pereira.



15  
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,  
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu  
lado nas Pescas, na Pecuária  
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).  
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



**LINHA DE ATENDIMENTO BIC**  
**+(244) 923 190 870**  
Serviço disponível 24H

[www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)



**BancoBIC**  
Crescemos Juntos

## DE JURE

JOÃO LOURENÇO PROMETE MELHORAR RELACIONAMENTO ENTRE OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA

# PR garante que revisão vai corrigir algumas insuficiências na CRA

**REVISÃO CONSTITUCIONAL.** Dignidade constitucional a certas matérias associadas ao Banco Nacional de Angola (BNA), como as atribuições/missões desta entidade administrativa independente, a natureza jurídica, o mandato e a designação dos órgãos, individuais e colegiais, bem como as componentes de 'accountability', são algumas das alterações que a proposta do Presidente da República pretende conferir à nova redacção do Artigo 100.º sobre o BNA.

Por Redacção

O Presidente anunciou, na passada semana, uma revisão pontual da Constituição com o objectivo, entre outros, de “clarificar os mecanismos de fiscalização política, dar direito de voto a residentes no estrangeiro e eliminar o princípio de gradualismo nas autarquias”.

Com esta proposta de revisão pontual da Constituição – que já mereceu a atenção do Conselho de Ministros –, justifica João Lourenço, pretende-se “preservar a estabilidade dos princípios fundamentais, adaptar algumas das normas à realidade vigente, mantendo-a ajustada ao contexto político, social e económico, clarificar os mecanismos de fiscalização política e melhorar o relacionamento entre os órgãos de soberania, bem como corrigir algumas insuficiências”.

O diploma foi entregue pelo

ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

A proposta de Lei de Revisão Constitucional, de iniciativa do PR, contém artigos como: i) Alterações, ii) Aditamentos, iii) Revogações, iv) Republicação integral, v) Interpretação e aplicação e, por fim, vi) Entrada em vigor.

De entre os 40 artigos sujeitos à revisão, trazemos-lhe alguns no quadro que se segue.

## SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (Artigo 132.º)

Em caso de vacatura do cargo de PR, as funções são assumidas pelo Vice-Presidente da República, o qual cumpre o mandato até ao fim, com a plenitude dos poderes, não sendo este período considerado como cumprimento do mandato presidencial.

2. Em caso de impedimento definitivo do PR eleito, antes da posse, é substituído pelo Vice-Presidente eleito.

3. Em caso de impedimento definitivo simultâneo do PR e do Vice-Presidente da República eleitos, antes da posse, compete ao partido político ou à coligação de partidos políticos por cuja lista foram eleitos o PR e o Vice-PR, designar os substitutos, de entre membros eleitos pelo círculo nacional da mesma lista, para posse.

4. Compete ao Tribunal Constitucional verificar os casos de impedimento definitivo e aprovar a designação prevista no número anterior.

5. Nos casos previstos nos números 2 e 3, o exercício da função resultante da substituição equivale, para todos os efeitos, ao cumprimento de um mandato.



## BNA “INDEPENDENTE”

A proposta de nova redacção do Artigo 100.º sobre o ‘Banco Nacional de Angola’ visa conferir dignidade constitucional a determinadas matérias associadas a esta entidade administrativa independente, tais como: as atribuições/missões do BNA, a sua natureza jurídica, o mandato e a designação dos seus órgãos, individuais e colegiais, bem como as componentes de accountability.

Nestes termos, a nova formulação que se confere ao artigo 100.º pretende, justamente, dar consagração constitucional a algumas dessas novas soluções, nomeadamente, com a reformulação das principais atribuições do BNA, numa solução acolhida no número 1 mas que não é exaustiva.

No número 2 consagra-se a nova natureza jurídica do BNA, enquanto entidade administrativa independente, de feição eminentemente reguladora, e sinaliza-se o conteúdo do princípio da independência deste tipo de entidades. É uma transformação estruturante, nos planos institucional, funcional, administrativo, financeiro e patrimonial, de onde releva o facto de, a partir de agora, ficar vedada “a transmissão de recomendações ou emissão de directivas aos órgãos dirigentes do BNA sobre a sua

actividade, sua estrutura, funcionamento, tomada de decisão, nem sobre as prioridades a adoptar na prossecução das atribuições constitucionais e legalmente definidas, por parte do Poder Executivo ou de qualquer outra entidade pública”.

Os números 3 e 4 formulam mecanismos de controlo e fiscalização. A audição do candidato a Governador do BNA, previamente ao acto da sua nomeação pelo Presidente da República, representa um típico acto de fiscalização a priori muito caro às entidades administrativas independentes e que promove alguma legitimidade democrática reflexa, leia-se indirecta, em contraponto à expressiva legitimidade técnica dos órgãos dessas entidades.

A audição prévia em sede da Comissão de Trabalho Especializada da Assembleia Nacional configura um dever de audição do Parlamento, condicionando a competência do Presidente da República de designar o Governador do BNA, alargando o grau de legitimidade democrática da decisão de nomeação e confortando o nomeado por ver a sua indicação sufragada por dois órgãos políticos fundamentais do sistema de governo. Ou seja, é um procedimento que revela e materializa, claramente, o princípio democrático.

**ANGOLA É O MAIOR PRODUTOR** africano de banana e ocupa a sétima posição entre os produtores mundiais com uma produção de 3 milhões e 858 toneladas, segundo o mais recente balanço do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Fao).

## CONFISCO E NACIONALIZAÇÕES

No Título I dos Princípios Fundamentais foi alterado o Artigo 14.º com a epígrafe “propriedade privada e livre iniciativa”. O objectivo foi introduzir neste artigo a expressão “promove” para, deste modo, “completar” a tríplice compreensão sobre a relação do Estado com a propriedade privada. O Estado não apenas respeita e protege a propriedade privada, como também promove a sua existência por via do incentivo à livre iniciativa económica e empresarial.

No Título II, Capítulo II sobre os Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais, foi adicionado ao Artigo 37.º que regula o “Direito e limites da propriedade privada”, um novo número 4 para suprir uma lacuna constitucional actual que não prevê a possibilidade legal das nacionalizações. Assim, propõe-se a consagração constitucional do instituto da nacionalização, estabelecendo-se como limites legais da sua aplicação “ponderosas razões de interesse nacional”.

Relativamente ao confisco enquanto medida sancionatória, existe igualmente uma lacuna constitucional, sendo certo que os tribunais têm aplicado a medida com base na legislação ordinária. Por razões de coerência sistémica e de clareza legal, convém que exista uma regra constitucional expressa sobre a admissibilidade do confisco, bem como dos seus limites (ofensa grave às leis que protegem os interesses económicos do Estado). O Artigo 97.º da CRA faz referência à nacionalização e confisco, mas apenas para atribuir eficácia legal às nacionalizações e aos confiscos realizados nos termos da lei, deixando por definir a possibilidade, ou não, de uso destes mecanismos legais no futuro. A redacção proposta pretende clarificar esta insuficiência constitucional, assegurando a constitucionalidade da actuação dos órgãos do Estado incumbidos de realizar as nacionalizações e confiscos, sem colocar em causa a sua ‘actualidade constitucional’.

## COMPETÊNCIAS COMO CHEFE DE ESTADO

Quanto ao Artigo 119.º, sobre ‘Competências como Chefe de Estado’ propõe-se algumas alterações pontuais.

**Na alínea j)** acresce-se a expressão ‘nos termos estabelecidos na Constituição e na lei’ para determinar que o procedimento para as nomeações em causa não se esgota na Constituição e que a lei ordinária pode prever regras e critérios adicionais que concorrem para a nomeação do Governador e Vice-Governadores do Banco Nacional de Angola.

**Na alínea r),** propõe-se a eliminação na parte final da expressão “da Assembleia Nacional”, na medida em que a mesma se afigura desnecessária, uma vez que, na ordem jurídico-constitucional angolana, só a Assembleia Nacional aprova leis em sentido formal.

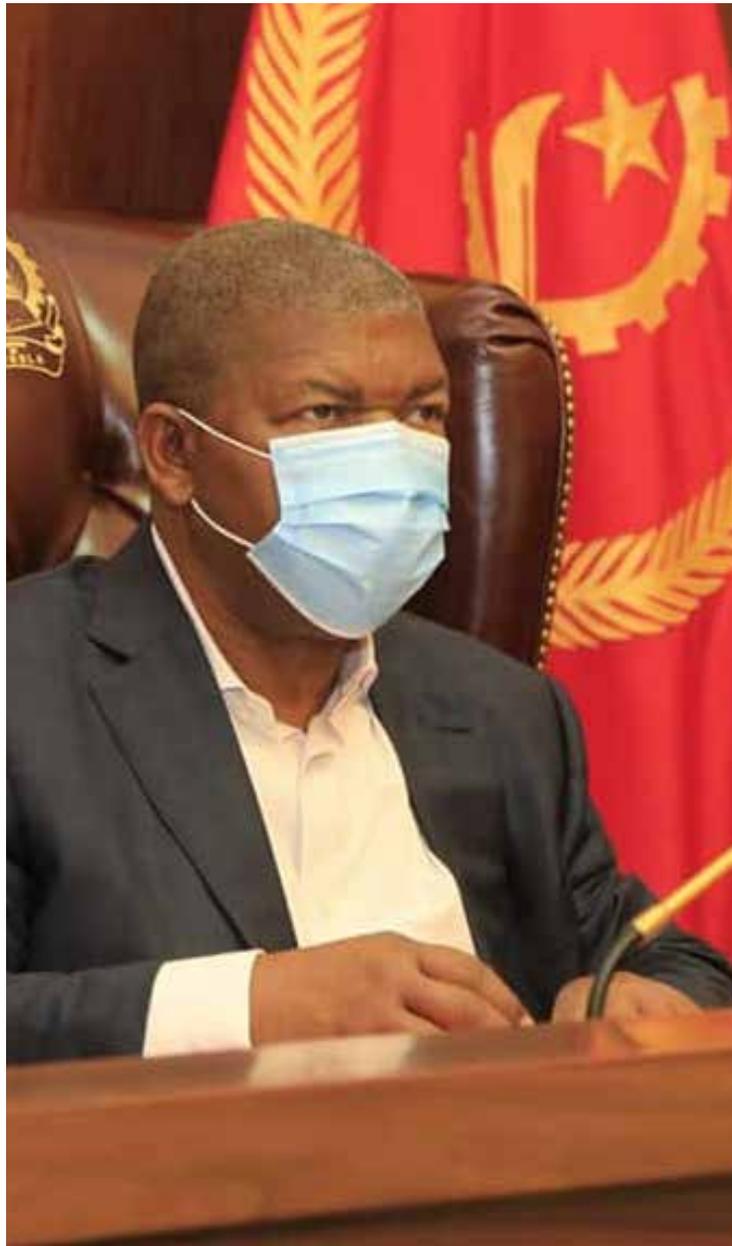
## INELEGIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Quanto ao Artigo 110.º, é sugerida a alteração da sua epígrafe para ‘Inelegibilidades e impedimentos’ e a conformação do seu conteúdo à epígrafe nova. Este artigo trata da elegibilidade e inelegibilidade do Presidente da República. A análise ao conteúdo deste artigo permite verificar uma utilização menos rigorosa e pouco clara das situações de inelegibilidade e impedimentos. Com efeito, sob a capa de ‘elegibilidade –inelegibilidade’, o texto actual trata não só de casos de verdadeiras elegibilidades/inelegibilidades, mas também de impedimentos, considerando que o elegível pode estar impedido de concorrer a certo cargo. A ocupação de uma certa posição funcional por altura da realização das eleições gerais pode implicar a impossibilidade de concorrer ao cargo de Presidente da República, sendo tal impossibilidade um ‘impedimento’ e não uma ‘inelegibilidade’.

Por outro lado, incluiu-se uma nova alínea d) ao número 2. O objectivo que se pretende alcançar com a previsão desta norma é impedir que um Presidente da República use a auto-demissão como expediente para manter-se no poder por mais de dois mandatos.

A inexistência expressa desta limitação permite interpretações de conveniência no sentido de que um Presidente da República que se tenha auto-demitido não chegou a cumprir um mandato completo e, por esta razão, torna-se elegível ao cargo em caso de eleições gerais antecipadas, afastando assim a aplicação da disposição sobre o limite de dois mandatos para a função presidencial.

Propõe-se, igualmente, uma nova alínea e) no mesmo número para fazer um paralelismo de regras sobre inelegibilidades entre o Presidente da República e os Deputados à Assembleia Nacional.



## DATA DA ELEIÇÃO

No Artigo 112.º sobre a ‘Data da eleição’, a alteração visa assegurar que as eleições gerais tenham um período pré-determinado para serem realizadas. Isto é, a partir desta alteração fica claro que as eleições gerais em Angola serão sempre realizadas na terceira semana do mês de Agosto, garantindo, deste modo, que o pleito ocorra em tempo pré-determinado, permitindo a organização prévia da realização do trabalho por parte da Comissão Nacional Eleitoral, dos partidos políticos, pelo Estado e pelos demais agentes eleitorais.

A disposição em vigor não garante estabilidade no calendário eleitoral, permitindo que, com o passar do tempo, as eleições gerais possam ser realizadas noutras alturas do ano, em função da celeridade da divulgação dos resultados eleitorais e da data da tomada de posse.

O objectivo é, no essencial, estabilizar o calendário eleitoral conferindo certeza e segurança jurídicas relativamente ao período de realização das eleições gerais.

## AUTARQUIAS/GRADUALISMO

Finalmente, no Artigo 242.º sobre a ‘Institucionalização das autarquias locais’, propõe-se a revogação do número 1 e alguns aditamentos ao número 2, porque se entende que a constitucionalização do princípio do gradualismo retira ao legislador ordinário a possibilidade de decisão sobre o melhor modelo de institucionalização das autarquias locais.

Com a presente alteração pretende-se ‘desconstitucionalizar’ o princípio do gradualismo, segundo o qual a institucionalização efectiva das autarquias locais deve ser feita de modo faseado, deixando espaço para decisão infra-constitucional sobre o melhor modelo de institucionalização, não se fechando o assunto no plano constitucional.

Assim, o espaço de decisão sai do patamar constitucional e entra para o reduto parlamentar, deixando mais espaço para a flexibilização do processo decisório.

## COMPETÊNCIA DE CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

Quanto ao Artigo 162.º sobre a ‘Competência de controlo e fiscalização da Assembleia Nacional’, o texto actual da Constituição não deu tratamento exaustivo aos mecanismos de controlo político da Assembleia Nacional sobre o Executivo, porque a ideia inicial era a de permitir que essas matérias fossem devidamente tratadas em sede de legislação ordinária.

Porém, o Regimento da Assembleia Nacional previa mecanismos de controlo que eram, em certo sentido, inconciliáveis com o sistema de governo de matriz presidencial que a CRA de 2010 consagra. Em consequência, o Tribunal Constitucional, por via do Acórdão n.º 319/13, de 23 de Outubro, declarou inconstitucionais as normas do Regimento da Assembleia Nacional que conferiam ao Parlamento competência para exercer a fiscalização e acompanhamento do mérito governativo do Executivo, como, por exemplo, a competência para realizar interpelações parlamentares em sede do Plenário da Assembleia Nacional.

O Acórdão em causa, largamente compreendido como tendo limitado a acção fiscalizadora da Assembleia Nacional, deu lugar a que o Parlamento aprovasse um novo Regimento e do qual já constam, de forma clara, os mecanismos jurídicos de controlo político.

Com a alteração agora proposta, o que se vai fazer é trazer para o plano constitucional os mecanismos de controlo político ao Executivo que já constam do Regimento da Assembleia Nacional e que têm sido por esta usados.

O disposto na nova alínea i) visa clarificar os efeitos da remessa dos respectivos relatórios à Assembleia Nacional por parte dessas entidades, ficando, deste modo, claro, que o Parlamento deve apreciar os relatórios anuais de cada uma destas entidades, podendo emitir recomendações aos mesmos e que devem, posteriormente, ser remetidas a estas entidades. 14 Por outro lado, fica igualmente definido que o controlo que aqui se exerce não obriga a que o titular destas instituições apresente o seu relatório ao Plenário da Assembleia Nacional, ficando assim sob escrutínio deste órgão do Parlamento como se de uma interpeção se tratasse.

O procedimento fica clarificado como sendo de mero envio à Assembleia Nacional, podendo, a Comissão de Trabalho Especializada, se assim o entender, convidar a instituição pública para acompanhar a discussão do relatório apresentado e proceder aos esclarecimentos que se impuserem nesta sede.

# Gestão

## NEGÓCIOS SURPREENDENTES

# Se não sabe onde investir, pense fora da caixa

**INOVAÇÃO.** As tendências mais convencionais apontam para investimentos, sobretudo para o continente africano que se dividem entre as Fintechs as start-ups, o sector da saúde, tão problemático que se torna campo fértil de oportunidades, a educação virtual a energia e bens de consumo que os mercados em expansão em Africa cada vez mais vão absorver. No entanto, existem ideias de negócio bem menos convencionais, aqui fica uma lista de 10.



**Aluguer de galinhas** – Nos países que elevam a agricultura ao nível de ciência exacta, não se desejam surpresa de qualquer espécie e toda o investimento é sujeito a testagem prévia. É assim que produtores, particularmente em espaços urbanos alugam galinhas por até 350 USD para saberem se a criação aviária é um bom investimento. Há também as que alugam cabras para manter sobre controlo a relva.



**Cartas do Pai Natal** – O fundador desta empresa fez mais de um milhão de USD a vender mais de 200 mil cartas do Pai Natal enviadas do Pólo Norte, cada com um custo de 10 USD.



**Capela Móvel para Casamentos** – Se não pode ir a até à igreja para casar, deixe que a igreja venha até si com a Wedding Wagon fundada em Las Vegas e que dá aos casais a possibilidade de casarem no seu local se sonho seja o deserto, a praia ou a floresta, desde que a carrinha capela móvel lá chegue.



**Serviço de obituários** – A perda de um ente querido é sempre difícil e é aí que a Immortium viu uma oportunidade de vender o que denominam a caixa de memórias do falecido com as recordações que desejar e com taletos para a escrita de obituários inspirados de acordo com as escolhas da família.



**Mobiliário à prova de nódoas** – Transformar problemas em oportunidades é o segredo do investimento bem-sucedido. Debbie Wiener criou uma companhia especializada em moveis à prova de nódoas depois de se casar com um desajeitado e ter bebés que derramavam tudo e animais que faziam nódoas perdurar.



**Barreira contra pulgas** – Tony Abrams criou a barreira anti-pulga que que coloca em qualquer cama e impede mordidas prendendo as pulgas e impedindo a sua circulação cama fora. Tudo a pensar nas viagens e nos hotéis baratos num projecto que lhe rendeu milhões de USD.



**Parta Pratos** – Partir pratos e copos contra as paredes pode ser uma forma de ventilar num acesso de raiva mas foi também a ideia de negocio da Smashig Place em Tokio que tem espaços preparados para o cliente partir, destruir, esmagar e tudo o resto que ajude a aliviar o stress.



**Socorro de ressaca** – Se a sua festa o deixou com uma ressaca e de rastros com a casa para limpar, chame a equipa da Hangover Helpers que eles vão a casa levar-lhe uma aspirina o pequeno almoço (ou o equivalente aqui ao caldo) e arrumam a casa fazendo desaparecer os vestígios da festa e deixando tudo limpinho.



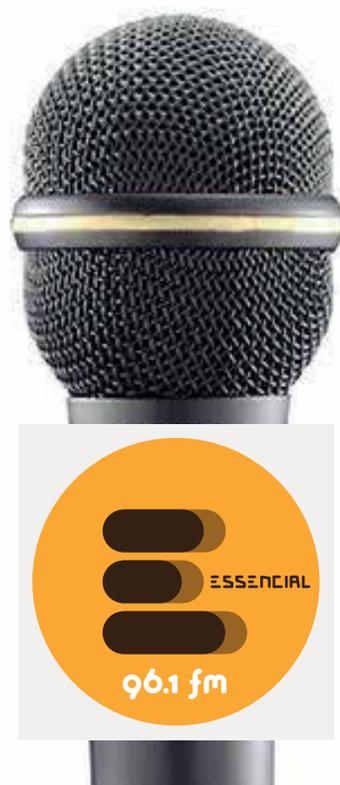
**Transformes cinzas em joelha** – Faz-se com cinzas de animais na Heart in Diamond e até de entes queridos com a Purple Cloud studio que pede aos clientes uma colher de cinzas dos seus entes queridos cremados para selar em pendentes para colares ou peças de decoração em vez da clássica urna.



**Serviço de treino de bacio** – Tirar a fralda aos mais pequenos pode ser um processo acidentado. Com a solução de problemas em mente uma empresa criou um serviço que vai a sua casa e de forma profissional e sistematizada resolve o problema e treina os seus pequenos a usar o penico, livrando a família das fraldas.

O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# (In)formalizando

FALTA DE INCENTIVOS AFUNDA PEQUENOS NEGÓCIOS

## Empreendedores queixam-se de burocracia e “preços altos” para terem TPA

Muitos empreendedores encaram o TPA como um sonho impossível



**EMPREENDEDORISMO.** Preços considerados “elevadíssimos” tanto na compra como no aluguer dos TPA, além de taxas mensais e comissões por cada transacção, sufocam quem dá o primeiro passo nos negócios e pretende estar bancarizado. Processo burocrático também entra nas queixas dos empreendedores.

Por Guilherme Francisco

A Simplificar as formas de pagamento é o que nesta altura o mundo globalizado está a caminhar com os cartões de pagamento digitais ou físicos, com vista a reduzir os perigos atraídos pelo dinheiro ‘vivo’. É nesta tendência que os empreendedores angolanos encontram dificul-

dades, em contramão, com o novo hábito dos clientes. A simplificação de pagamento, com recurso ao TPA (Terminal de Pagamento Automático), tem sido uma luta de ‘bradar aos céus’. Para o acesso ao aparelho, os bancos cobram valores considerados pelos empreendedores de “muito altos”, ficando longe da capacidade financeira dos micro e pequenos empresários.

Os preços variam de banco para banco e alteram com o passar dos dias. Só para o aluguer, algumas instituições começam por cobrar

15 mil kwanzas, um valor que pode chegar até aos 100 mil kwanzas. Mas o aparelho pertence ao banco e quem fica com ele responsabiliza-se por o manter. Caso contrário, terá de o pagar. Para a compra, os preços variam entre os 198 a 250 mil kwanzas. A estes valores adiciona-se o custo de montagem, variável conforme banco, a rondar entre os 6 e os 10 mil kwanzas.

O cenário fica ainda mais nublado face às taxas aplicadas mensalmente que aumentam. Há bancos, como o BFA e o BAI, que

cobram, respectivamente, 10 e cinco mil kwanzas. O desconto é feito automaticamente em cada final do mês, como detectou o empreendedor Pedro Martins: “Quando notei o desconto pela primeira vez, assustei-me, porque, no banco, não tinham esclarecido bem este ponto. Tive de lá voltar, explicaram-me que o desconto de 5 mil seria feito mensalmente, mas acontece que, na conta, só tinha pouco menos de 20 mil kwanzas facturados no mês, tendo em conta a redução da clientela por conta da pandemia e os descontos

### Xikila Money, uma solução retirada do mercado

O serviço Xikila Money, do então Banco Postal, era, segundo o empreendedor Inene dos Santos, a solução, porque permitia usar o telemóvel como uma carteira digital e efectuar diversos pagamentos via telemóvel. O pequeno empresário está convencido de que ficou provado o sucesso do serviço “em dois anos, conseguiu abrir 1.5 milhão de contas, estava a aumentar o número, infelizmente, por questões políticas, o banco encerrou.”

“Os outros bancos não estão a aproveitar esta vantagem, podiam aproveitar a tecnologia do Xikila Money. Víamos que uma zungueira, um roboteiro podia chegar à agência e fazer depósitos e levantamentos, essas pessoas não têm acesso aos outros bancos, são barradas logo à entrada pelo segurança”, explica.

Contactado pelo VALOR, o Banco Nacional de Angola (BNA) prometeu responder às inquietações apresentadas pelos empreendedores, porém, até ao fecho da presente edição, não o fez. De acordo com o Aviso N.º 12/2020, o BNA estabelece o regime de contas bancárias simplificadas com o objetivo de promover a inclusão financeira dos microempreendedores com actividade no sector informal mediante apresentação de um documento de identificação. Contudo, condiciona o acesso ao TPA no artigo 4.º 3. Habilita só àqueles microempreendedores que tenham bilhete de identidade, colocando de fora os informais que, na sua esmagadora maioria, não têm este documento de identificação. Entre outros requisitos, remete ao formulário disponível nos bancos comerciais.

**A CÂMARA DE COMÉRCIO** Angola-Brasil leva a cabo um programa de formação para mulheres em matéria ligada ao empreendedorismo. Camila Cristina Silveira, directora da câmara, refere que, é uma medida necessária face a crise económica agravada pela pandemia da covid-19.



Vendedores defendem que Xikila Money era a solução

bem galvanizar a economia. A banca não está a servir o mercado, temos uma banca muito elitista”, observa, com o argumento de que a facilitação representaria uma “forte contribuição do sector informal”.

“Se houvesse um TPA com uma zungueira ou num candongueiro, permitiria que a transacção fosse mais facilitada e eliminaria os constrangimentos que verificamos quando vamos ao multicaixa. Se a banca disponibilizasse o material, quem sai ganhar é o cliente.”

#### EXECUTIVO DE COSTAS PARA O EMPREENDEDORISMO

O incentivo ao empreendedorismo, amplamente propalado pelo Governo na tentativa de ‘esquivar’ o desemprego na juventude, é considerado contra-senso pelos empreendedores face à falta de política de bancarização. José Lima explica que estão todos “numa luta pela sobrevivência” e aponta o dedo ao Executivo, pois “os accionistas dos bancos só estão atrás do benefício”. “Os empreendedores tem a vida dificultada para a bancarização dos salários, dos serviços e produtos, o que estamos a viver são as consequências e não as causas. A banca não está nem aí para aquilo que são as políticas do Governo de fomento aos micro e pequenos empreendedores, procuram, em primeira instância, salvaguardar os seus interesses”, considera.

Por sua vez, Daniel Martins sugere que haja uma regulamentação específica para os empreendedores, uma abertura do mercado a outras formas de pagamento, de forma a impulsionar a concorrência e entende que a dependência quase exclusiva dos TPA motiva a burocracia. “O mercado deve ter concorrência, se eu não consigo adquirir um TPA, posso recorrer a um outro serviço similar que facilite o pagamento.”

Na falta de terminal de pagamento, Edmilson Sebastião opta pelo Multicaixa Express. Ainda assim, admite ter vários constrangimentos que atrasam o desenvolvimento do negócio.

#### NEGOCIATA À VOLTA DOS TPA

Alguns empreendedores, incapazes de continuar a arcar com as despesas, entregam, em forma de alocação, a comerciantes estrangeiros, às vezes em situação ilegal, proprietários de cantinas situadas na periferia de Luanda. Em troca, recebem mensalmente um valor considerado de “saldo”, de cinco mil kwanzas ou mais.

feitos pelo próprio banco no fecho das contas. O valor nem cabia para cobrir outras despesas”. O vendedor de bebidas, com essa experiência, já tem intenções de se desfazer do aparelho.

Matias Daniel é outro empreendedor que se queixa do preço da aquisição e aluguer do TPA, bem como das taxas mensais e comissões aplicadas a cada fecho de conta. Daí que encontre motivos para que muitos optem por se desfazer do aparelho depois de enfrentarem o processo tão burocrático e oneroso.

“É uma máquina que custa muito dinheiro, nem todos têm possibilidade, os que conseguem, muitas vezes, são incapazes de dar continuidade ao processo de uso por causa das taxas que são muito elevadas. Ao empreendedor angolano recai todo o processo de gestão do

seu negócio, é ele que se auto-financia, começa com um capital muito baixo, no entanto, é constrangedor”, lamenta.

Para se ter acesso ao aparelho, os bancos exigem documentos que atestem a legalização da empresa. No entanto, defendem os empreendedores, os documentos exigidos “são desnecessários”, porque, logo no início do negócio, têm de lidar com questões fiscais e outras. Em média, cumpridos os requisitos, os bancos garantem a entrega do aparelho em 30 dias, mas este horizonte temporal habitualmente arrasta-se por três meses.

O empreendedor Inene dos Santos, por exemplo, considera que isso provoca um “grande atraso na economia”. “Tem sido um desafio. Há muito dinheiro a circular fora do mercado financeiro, poderia muito

## Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



### Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao  
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

# Opiniões



**SAVE THE DATE**

**VINHOS**

**E OUTROS PRAZERES**

**13. MARÇO**  
17H ÀS 20H

CUSTO DE ACESSO

**5.000, 00 AKZ**

EVENTO ONLINE E PRESENÇAS  
FÍSICAS LIMITADAS

**CHALÉ DA COMIDA, MORRO BENTO,  
AVENIDA PEDRO CASTRO VAN-DÜNEM LOY**



APOIOS

PRODUÇÃO



CONTACTOS

(244) 924 729 054 / 918 396 203  
dreamrecords.entertainment@gmail.com



## Chegou a hora do IRPC e IRPS?



João Pimenta,  
Manager EY, Tax  
Services



Sara Marques,  
Senior Consultant,  
Tax Services

O Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) foi criado em 2010, com a missão de conduzir a implementação da Reforma Tributária. À data, a legislação fiscal necessitava de adaptação face à realidade económica existente, sendo a renovação da legislação fiscal uma prioridade.

A partir do ano seguinte e ao longo de uma década, assistimos a uma reforma profunda, sendo o sistema fiscal Angolano em 2021 muito diferente. A introdução do IVA é possivelmente a alteração mais significativa, terminando com a lógica de caixa nos impostos sobre o consumo, sendo essencial à modernização do sistema fiscal e equiparando Angola aos seus mais importantes parceiros económicos. No entanto, ainda está por atingir um objectivo importante: a simplificação da tributação sobre o rendimento.

A tributação do rendimento em Angola está desenhada numa lógica de objecto e não de sujeito. Ou seja, os impostos incidem sobre o

tipo de rendimento e não sobre quem os obtém. As empresas têm os seus rendimentos sujeitos a Imposto Industrial, IAC, e/ou IPU. Similarmente, os indivíduos podem estar sujeitos a IRT, IAC, e/ou IPU. Isto obriga a uma multiplicidade de obrigações declarativas, prazos e pagamentos distintos. A articulação entre os vários impostos nem sempre é clara ou intuitiva, sendo especialmente crítica nas pessoas colectivas a relação entre Imposto Industrial com IAC e IPU, persistindo até hoje dúvidas sobre a conjugação destes impostos.

Em 2011, as Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária já abordavam a questão dos impostos únicos sobre o rendimento. O Plano Estratégico da AGT para o Quinquénio 2015-2020 foi mais longe, prevendo a criação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC). Em 2019, o tema mantinha-se na agenda da AGT, sendo abordado numa apresentação pública sobre a Reforma Fiscal.

Já em 2021, ainda não se perspectiva a introdução do IRPC e IRPS. A Pandemia Covid-19 terá sem dúvida colocado dificuldades na continuação da implementação de reformas fiscais estruturais. No entanto, veio também evidenciar a importância da implementação dos impostos únicos sobre o rendimento, reduzindo a complexidade técnica e unificando procedimentos declarativos. A simplicidade e estabilidade de um sistema fiscal são essenciais para o crescimento económico e atração de investimento, e, consequentemente, à geração de receita fiscal, tão importantes no contexto actual. Coloca-se, portanto, a questão: Chegou a hora do IRPC e IRPS?



*A digitalização progride a bom ritmo em África,  
mas o desenvolvimento dos seus benefícios requer políticas públicas  
ousadas e coordenadas.*

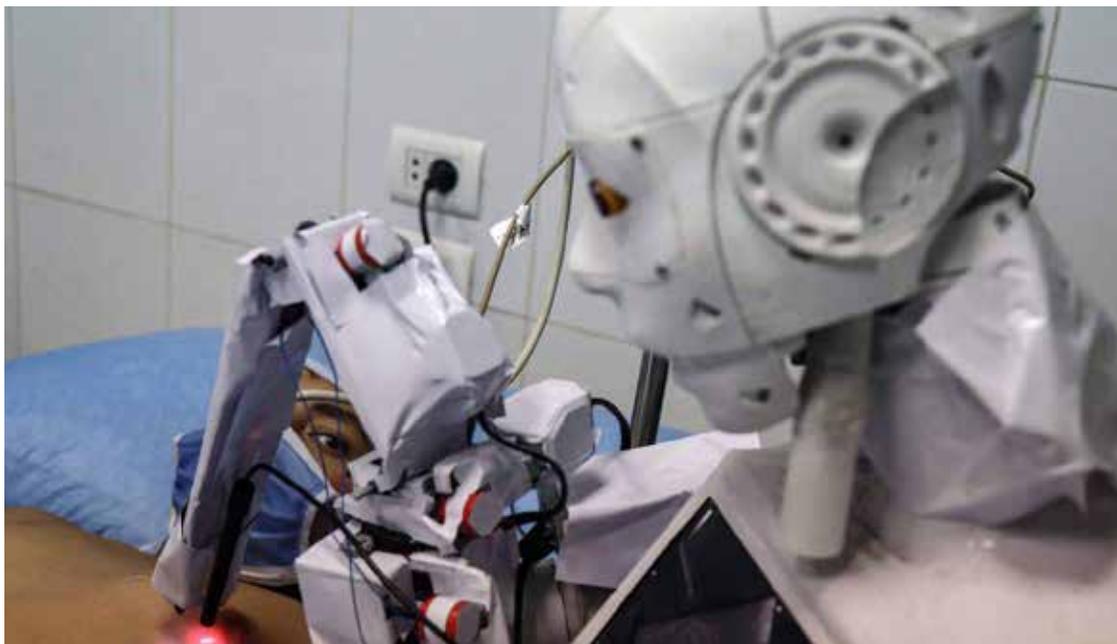
# A transformação digital de que África necessita



**Victor Harison,**  
Comissário  
para Assuntos  
Económicos da  
União Africana



**Mario Pezzini,**  
Director Centro de  
Desenvolvimento da  
OCDE e Conselheiro  
Especial do secretário  
geral da OCDE



Muitos países africanos reagiram de forma rápida e eficaz para atenuarem os riscos sanitários e económicos decorrentes da covid-19. Menos bem documentada é a agilidade com que os intervenientes privados e públicos da região adaptaram as suas práticas digitais face às restrições relacionadas com a pandemia. Mas os casos de sucesso são espectaculares.

Por exemplo, as transferências monetárias móveis interpersonais no Ruanda quadruplicaram durante o primeiro mês de confinamento, entre meados de Março e meados de Abril de 2020, quando os pagamentos 'contactless' se tornaram no 'novo normal'. Para abrandar a transmissão do coronavírus, 'start-ups' inovadoras desenvolveram soluções digitais, como a aplicação remota móvel Diagnose Me no Burquina Faso e as ferramentas para triagem da covid-19 na Nigéria. Os ministérios da Educação de pelo menos 27 países africanos implementaram plataformas de 'e-learning' para os estudantes afectados pelo fecho das escolas.

Com efeito, os africanos empreendedores e com experiência em tecnologia, já muito antes da pandemia, desenvolviam respostas digitais às necessidades crescentes do continente. Já tinham reformulado os modelos de negócio de muitos sectores, desde o financeiro ao comércio electrónico, à agricultura,

ao ensino e à saúde, e criaram mais de 640 pólos tecnológicos activos na região.

Mas estes extensos recursos empresariais, e as oportunidades criadas pela revolução digital global, não serão suficientes para alimentar a transformação económica prevista na Agenda 2063 da União Africana. Em especial, é tal a magnitude do desafio de criação de emprego para África, que as histórias isoladas de sucesso não conseguirão melhorar substancialmente os números.

À medida que o número de africanos com idades entre os 15 e 29 anos e com ensino secundário ou superior concluído subir dos actuais 77 milhões para uns previstos 164 milhões em 2040, a procura por mais empregos continuará a crescer. Por si só, o sector digital de pouco adiantará: tipicamente, as 'start-ups' criam poucas oportunidades, normalmente para inovadores altamente qualificados. A solução reside na disseminação generalizada da inovação digital por toda a economia no seu conjunto.

Por conseguinte, desencadear a criação em larga escala de empregos em África requer políticas que transportem soluções digitais para a economia não-digital. Porém, embora oito em cada dez países africanos já

tenham adoptado estratégias para a digitalização, estas tendem a concentrar-se maioritariamente no sector digital. Na edição de 2021 do Africa's Development Dynamics, no relatório conjunto da Comissão da União Africana e do Centro da OCDE para o Desenvolvimento, propomos quatro princípios fundamentais para ajudar os governos na reorientação e no fortalecimento das suas estratégias de digitalização.

Primeiro, os legisladores têm de promover a disseminação da inovação digital para todos e não apenas para os que habitam nas grandes cidades. Apesar de se prever que 73% dos africanos viva em cidades de média dimensão e em áreas rurais em 2040, hoje apenas 35% dessas cidades estão a menos de dez quilómetros de uma rede terrestre de fibra óptica de alta velocidade. Do mesmo modo, apenas 25% dos habitantes rurais do continente tem acesso à internet, comparativamente a 35% na Ásia e 40% na América Latina. O acesso universal às tecnologias digitais também requer a melhoria generalizada da acessibilidade aos dados. Actualmente, só 17% da população de África consegue pagar um 'gigabyte' de dados por mês, comparativamente a 37% na América Latina e Caraíbas e 47% na Ásia.

*"Apesar de se prever que 73% dos africanos viva em cidades de média dimensão e em áreas rurais em 2040, hoje apenas 35% dessas cidades estão a menos de dez quilómetros de uma rede terrestre de fibra óptica de alta velocidade."*

Uma segunda prioridade consiste em preparar a mão-de-obra africana para adoptar a transformação digital. Perto de 45% dos jovens acredita que as suas competências são inadequadas aos seus empregos. Segundo as tendências actuais, os trabalhadores independentes e familiares serão responsáveis por 65% do emprego total da região até 2040, comparativamente a 68% em 2020. O aparecimento de

novas formas de trabalho na economia digital será responsável por grande parte deste crescimento e apela a um enquadramento regulamentar sólido e a regimes de protecção social universais, especialmente para os trabalhadores independentes que dependem de disposições contratuais inseguras junto de plataformas electrónicas.

Terceiro, os governos precisam de ajudar as 'start-ups' e as pequenas e médias empresas africanas na adopção das ferramentas digitais mais eficazes para competir e inovar na era digital. Só 31% das empresas no sector formal de África tem um 'website', comparativamente a 39% na Ásia e 48% na América Latina e Caraíbas. E apenas 17% dos empreendedores nascentes de África esperam criar pelo menos seis empregos, a percentagem mais baixa de qualquer região.

Por último, os legisladores têm de se coordenar a nível regional e continental. As estratégias nacionais de digitalização não podem funcionar isoladamente. A integração das economias digitalizadas do continente na Zona de Comércio Livre Continental Africana apela à cooperação supranacional em áreas que incluem a tributação digital, segurança de dados, normas de privacidade, fluxos transfronteiriços de dados e interoperabilidade. Hoje, só 28 países africanos dispõem de legislação para protecção de dados pessoais, e apenas 11 adoptaram leis concretas sobre a cibercriminalidade. Estes países deveriam partilhar com o resto do continente as suas experiências e as lições que aprenderam.

A digitalização progride a bom ritmo em África, mas o desenvolvimento dos seus benefícios requer políticas públicas ousadas e coordenadas. Com a crise da covid-19 a perturbar provavelmente a economia global durante mais algum tempo, os líderes africanos deveriam dedicar-se à implementação dos componentes críticos da Estratégia para a Transformação Digital de África para navegarem os desafios e as oportunidades do futuro.

## Opiniões

## E agora pergunto eu...



**Geralda Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

**N**uma semana em que a nossa actualidade, que estava a ser marcada pelo lixo nas ruas que continua a invadir os espaços públicos e pelo aumento brutal da fome que faz com que se vejam cada vez mais pessoas a vasculhar nesse lixo, o anúncio de revisão constitucional feito pelo Presidente da República retomou a batuta da agenda. E se a intenção era desviar as atenções, de assuntos negativos como o episódio da visita a Benguela, com mais uma declaração equivocada (que foi o alvo certo da brilhante pena do catedrático jornalista Graça Campos), a intensão resultou em pleno e só se fala das alterações e possíveis alterações à lei magna.

E, naturalmente, essa revisão é motivo de várias perguntas, ainda essencialmente em torno do que vai significar essa alteração na prática, de como vai solidificar o Estado

democrático ou fazer o contrário, de como vai melhorar ou piorar a vida das pessoas porque devia ser isso mais relevante. E, as perguntas giram inevitavelmente em torno também do porquê de ser feita agora, a um ano de eleições, quando o PR até tinha dito, naquele estilo algo boiadeiro paternalista que o caracteriza, que não lhe competia proceder a alterações à Constituição que era muito boa, e, quando há bem pouco tempo o partido, na voz do porta-voz garantia numa entrevista ao valor económico que não haveria revisão constitucional nenhuma com a mesma assertividade com que agora há de defender o contrário...

Esta capacidade invertebrada, e digo invertebrada porque se tiver ossos os malabarismos, o gira aqui curva ali, a que a política obriga vão parti-los, esta capacidade de se defender o absoluto contrário do que se defendia ontem, ao ponto do convencimento absoluto de que o preto é branco, de que o sol é azul e o céu verde, de que a Constituição que até ontem não era para mexer, hoje já está errada e carece de mexida, o desdizer de qualquer convicção se assim o partido ou o chefe o ditar, torna-se cada vez mais marca dos nossos políticos. Esta capacidade de se auto-contradizer com a mesma garra e com a mesma arrogância de quem

*Se há coisa que a História ensina é que há mais marés que marinheiros e que o que é validado hoje, por mais atroz que seja, pode bem ser anulado amanhã.*

sempre esteve naturalmente certo, do lado da razão absoluta, lembra sempre um dos meus livros favoritos, o 1984 de George Orwell, e dos termos que ele cunhou com a novilíngua e com os duplopensantes para além do que se tornou mais famoso e programa de TV duvidosa: o Big-Brother. Estou recorrentemente a citar Orwell porque era de um brilhantismo tal que as obras que escreveu há mais de 70 anos, continuam a ter respaldo prático hoje em dia e recomendam-se vivamente.

Mas voltando às perguntas na ordem do dia, e ao racional para uma alteração constitucional a esta altura do campeonato em que temos eleições no próximo ano, as ansiedades e receios tanto do público como da oposição, são perfeitamente justificáveis porque, diga o que disser o governo com aquela convicção tantas vezes duplopensante, é sempre de estranhar uma mexida desta ordem onde até aqui não se quis mexer. E é curioso que algumas das alterações mais explicadas pelo governo, nomeadamente a conferência de mais independência ao BNA, a retirada do gradualismo e a questão das nacionalizações são questões mesmo dignas e exemplificadoras desse duplo pensamento.

No caso da independência do BNA que o representante do FMI entrevistado pelo VE na semana passada aplaude, e cujo líder vai passar também a ser validado pelo parlamento, é duplopensamento no sentido em que não se muda grande coisa quanto à independência do banco central enquanto for o presidente a nomear o governador e a ter a prerrogativa de o tirar do BNA quando quiser sem quaisquer explicações.

No caso da retirada do gradualismo previsto na actual constituição, o duplopensamento torna-se visível no sentido que ainda ontem

o mesmo governo se desdobrava em justificações para o gradualismo.

No caso das nacionalizações é duplopensamento no sentido em que o governo tinha feito prioridade da atracção de investimento (depois da prioridade do combate à corrupção de alguns) e a última coisa que os investidores querem ouvir falar quando ponderam investir num país, principalmente num país africano, é em governos com poder de nacionalizar à sua própria descrição. Se a intenção era validar definitivamente as questionáveis apreensões coercivas, feitas sem processos transparentes e tramitados em julgado, por mais novilíngua que se use para justificar nacionalizações, provavelmente continuarão a ser uma sombra para o investimento... e agora pergunto, eu que investidor vai meter milhões em indústrias em que amanhã corre o risco de chegar outro governo que pode nacionalizar também porque o anterior introduziu essa prerrogativa e nacionalizou mal, a três pancadas porque tinha pressa, apesar de ser mesmo o chefe que lembra que “o apressado come cru”... O nível da nossa novilíngua às vezes é assim, como dizer, um bocado ‘mais ou menos’...

Se há coisa que a História ensina é que há mais marés que marinheiros e que o que é validado hoje, por mais atroz que seja, pode bem ser anulado amanhã. Bom exemplo disso é a anulação esta semana das condenações judiciais altamente politizadas a Lula da Silva no Brasil, e que o tornam elegível novamente. A melhor política é sempre o reconhecimento de que os líderes são passageiros, meros mortais, e que devem trabalhar para solidificar as instituições em vez de as usarem para benefício da sua própria imagem.

Esperemos que estas alterações constitucionais venham de facto melhorar a vida das pessoas, venham contribuir, porque também sabemos que vai levar tempo a melhorar, para uma Angola melhor, mais inclusiva, menos centralizada, menos partidária, mais livre. Esperemos que a revisão nos surpreenda pela positiva, sem estalas, sem armadilhas desenhadas para favorecer o partido no poder, que já lá está há tanto tempo que deve criar condições para o país poder funcionar de instituições em vez de de partidos. Esperemos que a expectativa não seja gorada... com esperança querido leitor porque ela é a última que morre, aqui ficam os votos de que tenha uma excelente semana e marcamos aqui encontro na sua Rádio Essencial e neste espaço.



# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



Likes 2 mil Partilhas 144

**A edição 242 do Valor Económico, de Janeiro, alcançou mais de 90 mil internautas que reagiram e comentaram sobretudo a principal chamada de capa sobre o Instituto Nacional de Estatística que se encontrava em estado de paralisação e sem dinheiro para inquéritos. Foram perto de cinco mil as interações registadas entre emoções, partilhas e comentários que pela diversidade de opiniões voltamos a trazer esta semana.**

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários

- Domingos Conceição Teta Dembo**  
Culpa das estratégias mediocres do ministério de tutela, com muito trabalho por se fazer vivem do ócio da mamadeira pública, antigamente a junta de povoamento e da Angola ultramarina tinha muito trabalho e foi eficiente na elaboração dos factores de equilíbrio e povoamento e usufruto território das cidades, vilas, vilarejos, aldeias e até fazendas as autoridades sabiam quantos eram, nascidos, falecidos e deambulantes e que faziam e onde residiam e para onde se estabeleceriam etc. Contagem telemétrica da população e localização de hipotéticos forasteiros agora governação política dos guerrilheiros dos matagais só sabem gerenciar intriga e desordem territorial por isso INE de Angola da era Mpla é uma mentira escondida nos orçamentos.
- Tomas Guevara Mupandeni**  
É começo, os piores momentos estão a caminho.
- Omambiky Mbiki**  
Acho que esse país está a ser mais roubado agora, tudo está a terminar mesmo com muito dinheiro que supostamente foi devolvido aos cofres do estado, estamos todos na lama
- José Simplicio Kai**  
Se bateram bwe com vosso concurso público em 2019 agora estão sem kumbo
- Paulino Chico Lazaro**  
Se Esta paralisado por falta de dinheiro, então como foi possível auferir os 6 milhões de empregos em 2020?
- Miguel Lima**  
Zé Du governou mal mas até este ponto filho alheio...
- Seeverian Joseph**  
Sempre bumbaram na base de estimativas. Gastavam muito dinheiro do estado forncendo dados falsos.
- Francisco Gonçalves**  
Que ponham em aluguer alguns pisos desse edifício aos Mamadus, Mustafás e outros que vivem ali bem perto
- Celsio Gomes**  
Meu kota hoje fui dar suporte técnico numa empresa pública "o switch perdeu as configurações por causa das constantes quedas de energia." E consequentemente a rede ficou inacessível. Têm lá um "no break" novo, perguntei porque não ligam ao sistema e a resposta foi... "não temos dinheiro para comprar os cabos de força para ligá-lo. Nesse mesmo instante a minha energia também foi kkkkkkkkkk. Pensei 'me oferecem mbora'... É muita chaladice junta.
- Francisco Gonçalves**  
**Celsio Gomes** Há empresas públicas, em bom número, que são anedóticas Devem estar a espera de dinheiro do OGE para importar consultores.
- José Clóvis Rodrigues**  
E o apoio financeiro do Banco Mundial que receberam onde foi parar?
- Romeu Mario Alberto**  
Onde foi os 65.000.000 de USD que banco Mundial deu para o RAPP?
- Omambiky Mbiki**  
**José Clóvis Rodrigues**  
Foi roubado.
- Augusto Mussolo**  
Fazerem inquéritos? Eles próprio precisam de inquérito!!!
- Good Chick**  
Os carros do senso estão a fazer táxi... Mas os da staff 333 sempre culpar o cota Zé. Tentar corrigir oq está mal e melhorar o q está bom, acabaram mbora de estragar o país.

**Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2**

**Contribua para manter o jornalismo de qualidade.**

**GEM Angola Global Media, Lda**

Iban:  
**0051 0000 7172 9933 1512 7**

# Covid-19



COM O NOVO CORONAVÍRUS

## Presidente da Síria e a mulher estão infectados

O presidente sírio, Bashar al-Assad, e a mulher, Asma, estão infectados com o novo coronavírus, mas têm apenas sintomas ligeiros e o estado é “estável”, anunciou a Presidência em comunicado.

Assad, 55 anos, e a mulher fizeram o teste após registarem sintomas ligeiros semelhantes aos da covid-19 e “prosseguiam o trabalho durante o período de isolamento no domicílio, que vai durar duas a três semanas”, acrescentou o comunicado.

A Síria, que na próxima semana assinala 10 anos de guerra, registou quase 16 mil casos de infecção pelo SARS-CoV-2 nas partes do país controladas pelo governo, assim como 1.063 mortes associadas à

covid-19, mas presume-se que os números serão muito superiores devido ao número limitado de testes realizados.

A campanha de vacinação começou no país na semana passada, mas não foram divulgados dados do processo. O ministro da Saúde declarou que o governo adquiriu vacinas junto de um país amigo, que não nomeou.

O anúncio surge depois de notícias nos ‘media’ israelitas e internacionais divulgarem que Israel pagou à Rússia 1,2 milhões de dólares (um milhão de euros) para fornecer vacinas contra a covid-19 à Síria, em troca da libertação de uma mulher israelita detida em Damasco.

Damasco negou o negócio e a Rússia não comentou.

DA VACINA RUSSA SPUTNIK V

## Nicolás Maduro recebe primeira dose

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e a mulher, Cília Flores, receberam a primeira dose da vacina russa Sputnik V contra o novo coronavírus, no âmbito do programa venezuelano de imunização da população.

O momento da vacinação foi divulgado pelo próprio chefe de Estado numa mensagem através do Twitter, que fez acompanhar por um vídeo, em que além dos dois a serem vacinados é possível ver vários profissionais de saúde.

“Compartilho o momento em que, junto com Cília Fores, recebemos a primeira dose da Sputnik V. Com esta vacina, imunizamos grande parte do nosso pessoal médico, e preparamo-nos, adicionando outras vacinas para proteger todo o nosso povo”, escreveu.

Segundo a imprensa venezuelana, daqui a 21 dias ambos devem receber a segunda dose da vacina russa.

“Já levamos (usámos) 60% das vacinas russas e segunda-feira arrancamos com as chinesas (...) a nível mundial todos os estudos dizem que a vacina russa é uma vacina de grande poder para gerar imunidade”, explica no vídeo.

Nicolás Maduro afirmou ainda que “há escassez de vacinas no mundo” e que “quase 40 países estão colocando a vacina russa e a União Europeia a está a estudar (...) tenho muita fé na combinação entre as vacinas russa, chinesa e cubana”.

Por outro, adiantou que foi assinado “um acordo com a Organização Panamericana da Saúde, a Organização Mundial da Saúde, para que libertem 300 milhões de dólares que foram sequestrados (em bancos) na Inglaterra”.



EM SÃO PAULO, BRASIL

## Anunciada ‘operação de guerra’ contra pandemia

O estado de São Paulo, foco da pandemia no Brasil, anunciou que irá abrir um hospital de campanha e convocar profissionais de saúde voluntários para atender pacientes infectados, numa “operação de guerra” contra a covid-19.

Em conferência de imprensa, o secretário da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, admitiu que a actual situação, de iminente colapso, pode levar pacientes a serem atendidos nos corredores de hospitais, desde que não fiquem sem assistência.

“Nós vamos continuar a abrir leitos dentro dos hospitais. Abriremos em qualquer lugar dos hospitais: seja nos anfiteatros, seja nos ambulatórios, seja nos corredores. Há pacientes no corredor? Vai ter paciente no corredor, o que nós não queremos é paciente desassistido”, disse Gorinchteyn.

“Nós precisamos agora do apoio dos Conselho Regional de Medicina, de Fisioterapia, de Enfermagem, para que nos ajudem com voluntários. Nós precisamos de ajuda. Porque estamos em guerra”, afirmou o secretário de São Paulo, o estado mais rico e populoso do Brasil, mas também o que concentra maior número de mortes (61.064) e infecções (2.093.924) pelo novo coronavírus.

Ainda segundo o secretário e infectologista, a cada dois minutos, três pessoas com covid-19 são internadas em enfermarias e em unidades de terapia intensiva (UTI) naquela unidade federativa, com cerca de 46 milhões de habitantes.

APÓS MORTE DE VACINADA

## Áustria retira por precaução lote da vacina AstraZeneca



**ANGOLA REGISTOU** já 17 casos das variantes da covid-19, sete dos quais de origem sul-africana, seis da variante britânica e quatro por determinar, entre elas as mais contagiosas e que afectam com mais gravidade a população jovem.

EM FEVEREIRO

## Aeroportos de Cabo Verde perderam 89% dos passageiros

Os aeroportos cabo-verdianos agravaram a perda de movimento em Fevereiro, com pouco mais de 25.000 passageiros, uma quebra de 89% face ao mesmo mês de 2020, antes da pandemia de covid-19 afectar o tráfego aéreo, segundo dados oficiais.

De acordo com um boletim de tráfego da empresa pública Aeroportos e Segurança Aérea (ASA), a que a Lusa teve acesso, os aeroportos de Cabo Verde receberam em Fevereiro deste ano um total de 663 aeronaves (-76% face a Fevereiro de 2020) em voos internacionais e domésticos.

Já o número de passageiros em embarques, desembarques e trânsito foi de 14.283 em voos domésticos e 11.067 em voos internacionais, totalizando desta forma 25.350 passageiros, contra os mais de 232 mil em Fevereiro de 2020 (-89%).

Os aeroportos cabo-verdianos já tinham perdido 85% dos passageiros e 75% do movimento de aeronaves em Janeiro, em

termos homólogos.

A economia de Cabo Verde depende essencialmente do Turismo, com um peso directo de cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e um recorde de 819 mil turistas em 2019. Os meses de Janeiro e Fevereiro são considerados como de época alta na procura turística por Cabo Verde.

Contudo, desde finais de Março que o arquipélago praticamente não tem actividade turística, face aos condicionamentos impostos por vários países, para travar a transmissão da pandemia de covid-19, e com o Governo a estimar a duplicação da taxa de desemprego até Dezembro, para quase 20%.



## PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO DE ANGOLA

### Angola à procura de outras vacinas está em negociações com a Rússia

A ministra da Saúde declarou que o país está a trabalhar noutras aquisições da vacina contra a covid-19, com fundos próprios, como a vacina russa.

Sílvia Lutucuta, que procedia à apresentação do Plano Nacional de Vacinação de Angola, disse que o país está a recorrer, na procura, a todas as vacinas seguras e certificadas. Segundo a ministra, além das possibilidades da União Africana, com a Pfizer, AstraZeneca, Johnson & Johnson e algumas iniciativas da China, Angola também está a olhar para a vacina Sputnik V.



“Nós estamos a trabalhar entre governos e quando se trabalha entre governos o preço é mais baixo, mas para cada dose são 9,9 dólares, este é o preço de governos, porque noutros mer-

cados são o dobro, mas nós estamos a ir directamente à fonte, poupar recursos, garantia da qualidade, porque é preciso ter muito cuidado por esta altura, porque já há muita contrafacção de vacinas e temos de ter a certeza que estamos a ir buscar vacinas aos fabricantes”, afirmou Lutucuta.

O primeiro lote de vacinas chegou a Angola na semana passada, um total de 624 mil doses da vacina AstraZeneca, fabricada na Índia, no âmbito da Iniciativa Covax, devendo ser fornecidos até ao final de Julho 12,8 milhões de doses.

## COM PRIORIDADE PARA VACINADOS

### Israel reabre cafés, bares e restaurantes

Israel deu o passo mais importante da desaceleração pós-vacinação com a reabertura de cafés, bares e restaurantes, relaxando as restrições, que, entre outras medidas, priorizam os cidadãos vacinados contra o SARS-CoV-2.

O regresso às aulas presenciais nas universidades é outra das medidas em Israel.

Com mais de 50% da sua população vacinada, pelo menos, com a primeira dose da vacina, os restaurantes poderão receber clientes que apresentem o chamado ‘passe verde’, atribuído a

quem já recuperou da covid-19 ou recebeu a segunda dose, pelo menos há uma semana, refere a agência EFE.

A ocupação não pode ser superior a 75% e aqueles que não apresentarem o referido certificado podem sentar-se nas mesas ao ar livre.

A partir de hoje, passam também a estar abertos os espaços de eventos culturais, que não podem ultrapassar 50% da capacidade. Só terá acesso a estas instalações quem tem o ‘passe verde’ e um percentual limitado de pessoas

que apresentem exames negativos ao SARS-CoV-2.

Além dos estudantes universitários, também podem regressar às aulas os alunos entre os 11 e os 14 anos que frequentem escolas nas cidades do país classificadas como verdes ou amarelas com base nos baixos índices de contágios e de vacinação, enquanto os alunos de instituições religiosas só poderão voltar às aulas quando forem portadores do passe verde.

Os locais de culto também podem receber fiéis que apresentem este certificado.

A Áustria anunciou a retirada por precaução de um lote da vacina anti-covid-19 da AstraZeneca/Oxford após a morte de uma pessoa inoculada com o fármaco e o registo de sintomas graves em outra pessoa igualmente vacinada.

As autoridades austríacas esclareceram, no entanto, que, até ao momento, não foi estabelecida qualquer relação causal entre o sucedido e o fármaco.

O óbito registado tratou-se de uma enfermeira do hospital austríaco de Zwettl, de

49 anos, que morreu 10 dias depois de ter recebido a vacina devido “a graves transtornos da coagulação”.

O outro caso é uma enfermeira do mesmo hospital, de 35 anos, que sofreu uma embolia pulmonar após ter sido inoculada com o fármaco. Esta enfermeira encontra-se internada na unidade hospitalar em questão e o estado de saúde apresenta melhorias.

“Actualmente, não há indícios de uma relação causal com a vacinação. Com base

em dados clínicos conhecidos, uma relação causal não pode ser estabelecida, pois as complicações tromboticas não se encontram entre os efeitos secundários conhecidos ou típicos da vacina em questão”, explicou a Agência Federal de Segurança Sanitária (BASG) austríaca. Apesar de assinalar que não existem dados clínicos que possam dar “motivo de preocupação” sobre a fiabilidade da vacina AstraZeneca/Oxford, a agência federal austríaca avançou com o princí-

pio da precaução e decidiu não administrar as restantes doses do lote do fármaco que foi utilizado nas duas mulheres.

A BASG garantiu a investigação sobre estes dois casos está a ser desenvolvida com a máxima rapidez, de forma a poder “descartar totalmente” uma possível relação entre o sucedido e a administração da vacina. As autoridades não precisaram quantas doses integravam este lote específico ou quantas pessoas chegaram a ser inoculadas. Num

comunicado, citado pela agência de notícias APA, o laboratório anglo-sueco AstraZeneca garantiu que está a colaborar, de forma total, na investigação e que espera que o ocorrido seja esclarecido em breve.

“No interesse de todos aqueles que esperam uma vacina, desejamos uma investigação o mais rápido possível para clarificar o que ocorreu neste lamentável acontecimento”, disse a farmacêutica, que desenvolveu a vacina em parceria com a Universidade de Oxford.

# Marcas & Estilos



## Letras que valem ouro

O colar inicial de assinatura mais vendido é composto por revestimento de ouro amarelo de 18 quilates. Medidas iniciais de 1 a 1 1/2 polegadas, dependendo da letra. A inicial da Borough está pendurada numa corrente de cabos de 18 polegadas com um fecho em forma de garra de lagosta.



## Uma solução elegante

Este suporte vertical para laptop de inspiração geométrica com fita de micro-sucção inovadora e conveniente encaixe e desencaixe é uma solução elegante que economiza espaço. As faixas de feltro ajustáveis fornecem um apoio firme para o laptop e ventilação adequada.



## AUTOMÓVEL

### Dias de sonho

Porque ter o super-carro dos sonhos é muito mais fácil do que pensa? As empresas de leasing de curto prazo, como a PB Supercar Hire, oferecem-lhe veículos nada modestos para alugueres mensais.

A incerteza económica criada pela pandemia fez com que os proprietários reavaliassem as opções. Diante de uma perspectiva ambígua, estão a optar por contratos mensais em vez de vendas.

As empresas exigem que os clientes se comprometam com depósitos não reembolsáveis ou pagamentos adiantados. Mas vale a pena, depois do conforto e rapidez da Lamborghini Huracán.

## AGENDA

### LUANDA

#### 21 MARÇO

A bucosproducoes\_angola2 e o club\_S estreiam 'Filhas da herança' Adaptação bíblica sobre as filhas de zelofeade. Às 19:40, no Club S

#### 12 MARÇO

Workshop 'A raiz do empreendedorismo', organizado por Clubes do Gestor, às 17 horas, no auditório da Mediateca de Luanda.

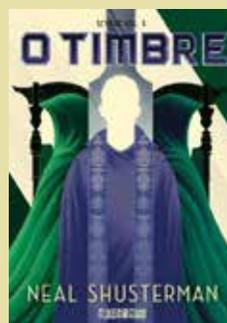
#### DE 2 À 15 DE MARÇO

Curso presencial de Gestão de Recursos Humanos, às 18 horas, organizados, dentre outras, pela Sociedade de Advogados e RH Digital, no Belas Business Park.

#### 13 DE MARÇO

Encontro de mulheres empreendedoras, organizado pelo Centro de Empoderamento e Desenvolvimento de Empreendedores. Às 10 horas, no Benfica Shopping.

## LIVROS



**A HUMANIDADE** alcançou um mundo ideal, em que não há fome, doenças, guerras, miséria... nem mesmo a morte. Mas, mesmo com todo o esforço da inteligência artificial da Nimbo-Cúmulo, parece que alguns problemas humanos, como a corrupção e a sede de poder, são igualmente imortais.



**AILTON KRENAK** nasceu no vale do rio Doce, um lugar cuja ecologia se encontra afectada pela actividade mineira. No livro, o líder indígena critica a ideia de humanidade como algo separado da natureza, uma "humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô".



## TURISMO

### Estar em casa é muito fácil

O Joali Maldivas é o resort de luxo que coloca a sustentabilidade em primeiro lugar. De uma equipa interna especializada de biólogos marinhos a um jardim subaquático de esculturas de coral, o espaço redefine o luxo ao reconhecer que os residentes são tão importantes quanto os hóspedes.

O Joali foi criado pelo empresário e proprietário Esin Güral Argat. Cada vez que a indústria de viagens pensa que as Maldivas atingiram o auge, a primeira pista de gelo do arquipélago ou o maior restaurante subaquático é anunciado.

O design de plano aberto e os tectos altos permitem que a luz e o ar circulem entre o interior de dois níveis externo, que se funde com o mar circundante, uma piscina infinita e uma rede suspensa sobre a água.

Não há a menor sensação de que algo aqui é precioso demais para ser colocado em uso imediato, o que significa que sentir-se em casa é muito fácil.

POR UNIDADE DO PIB EM 3%

# China propõe redução do consumo de energia

**SUSTENTABILIDADE.** País asiático também anunciou um “plano de acção” para que as emissões de dióxido de carbono atinjam o pico até 2030 e alcancem a neutralidade até 2060.

A China quer reduzir o consumo de energia em 3% por cada unidade do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, segundo o relatório do governo, apresentado à Assembleia Nacional Popular (ANP), órgão legislativo do país.

Para o próximo plano quinquenal (2021-2025), que vai ser aprovado durante a sessão anual da ANP, o governo chinês prevê que o consumo de energia por unidade do PIB recue 13,5% e as emissões de dióxido de carbono 18%.

O país asiático também anunciou, na sexta-feira, um “plano de acção” para que as emissões de dióxido de carbono da China atinjam

o pico até 2030 e alcancem a neutralidade até 2060, uma meta previamente anunciada pelo presidente chinês, Xi Jinping.

O relatório do Governo, divulgado pelo primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, também observa que o país vai acelerar “novos mecanismos de comércio”, para atingir aquela meta, bem como “novas políticas para canalizar apoio financeiro para o desenvolvimento verde e com baixas emissões de carbono”.

## MEMORIZE

- O país propõe desenvolver “activamente” a energia nuclear, “tendo como premissa a segurança”, e antecipa que a capacidade instalada desta fonte energética atinja os 70 milhões de quilowatts, de acordo com o esboço do plano quinquenal.

As autoridades querem estabelecer um “sistema energético limpo, seguro e eficiente”. A participação das energias não fósseis no consumo total de energia aumentará para cerca de 20%, de acordo com a minuta do plano quinquenal, que também prevê metas para 2035.

O país propõe desenvolver “activamente” a energia nuclear, “tendo como premissa a segurança”, e antecipa que a capacidade instalada desta fonte energética atinja os 70 milhões de quilowatts, de acordo com o esboço do plano quinquenal.

A China está comprometida em “prevenir e controlar a poluição atmosférica” e “reduzir em 10% a concentração de partículas de PM 2,5 – as mais nocivas à saúde – no ar das grandes cidades”, lê-se no relatório.



As autoridades chinesas querem estabelecer um “sistema energético limpo, seguro e eficiente”.



Registou-se a queda de 50 árvores e o corte de energia em 20 bairros.

DE ACORDO COM O INAMET

## Diferença de pressão causa fortes ventos em Luanda e Bengo

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet) esclarece que os ventos fortes ocorridos no fim-de-semana, em Luanda e Bengo, foram causados pela “diferença de pressão registada entre o oceano e o continente”.

Numa nota, o Inamet explica que “a diferença de pressão foi provocada pela variação da temperatura entre o continente e o oceano.”

“A temperatura do oceano muito fria e do continente muito quente resultou em alta pressão na zona marítima e baixa pressão em terra.”

De acordo com a nota,

“quando este fenómeno ocorre, há ventos fortes”.

Os fortes ventos provocaram pelo menos um morto, a queda de 50 árvores e o corte de electricidade em perto de 20 bairros.

Segundo o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), Faustino Miguêis, não foi possível socorrer a vítima, até então não identificada, porque, além de ter ficado preso a um obstáculo, teve um ataque de epilepsia.

Durante a ventania, árvores caíram sobre várias residências e sobre algumas viaturas, com destruição parcial; 20 residências ficaram com tectos parcialmente destruídos, oito postes de média tensão e uma cabina eléctrica ficaram destruídos.

# Publi-reportagem



DIZ VICE-PRESIDENTE DA HUAWEI, CATHERINE CHEN

## “Acreditar no poder da tecnologia”

**TECNOLOGIA.** A humanidade concorda quanto aos benefícios da tecnologia e então deve usá-la para elevar uns aos outros e assim alcançar os nossos objectivos de desenvolvimento, afirma a vice-presidente da Huawei, Catherine Chen.

**X**angai, China 2021 - A tecnologia traz benefícios significativos para a humanidade e a tecnologia digital pode ser uma ferramenta essencial para ajudar as Nações Unidas a alcançar os seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Esta foi a opinião da vice-presidente sénior e membro do conselho da Huawei, Catherine Chen, no seu discurso de abertura, no recente Fórum Conectado para a Prosperidade Compartilhada em Xangai, China.

Chen afirmou que a tecnologia pode ser um motor para o progresso

humano e exortou os indivíduos e as empresas a "pensar grande e agir pequeno", enquanto reitera o seu apoio aos ODSs e constrói um mundo verde, inovador e inclusivo.

A vice-presidente da Huawei mencionou que é essencial que as pessoas cheguem a um acordo quanto a tecnologia, que possui um potencial significativo para atingir as metas de desenvolvimento. “Grandes mudanças sociais tendem a acontecer em sincronia com os avanços na ciência e tecnologia. Mas hoje, os avanços tecnológicos são promovidos e politizados - como às vezes tem sido o caso com o 5G.”

A responsável salientou que o 5G era na verdade uma tecnologia padronizada, definida pela sua alta amplitude de banda, baixa latência

e ampla conectividade, o que poderia transformar as indústrias tradicionais e beneficiar todos. “Todos os dias, os consumidores se beneficiam das experiências com o 5G, enquanto o uso industrial em portos, minas e no sector de transportes aumenta a eficiência operacional. Isso é algo mau? Não me parece”.

Chen confessou que embora sempre houvesse o perigo de que uma nova tecnologia pudesse ser abusada, regras poderiam ser estabelecidas para gerenciar os riscos tecnológicos. “Muitas pessoas já estão a trabalhar arduamente na criação de regras de governança para a segurança cibernética, protecção de privacidade e IA confiável, que nos manterão seguros. Para o resto

entendimento comum limitado que temos agora e, nos recursos que estão realmente disponíveis, podemos impulsionar o progresso passo a passo”, garantiu.

A vice-presidente acrescenta que “a Huawei sempre apoiou o avanço tecnológico. Acreditamos que a tecnologia digital beneficia a humanidade e pode ajudar a ONU a alcançar os seus ODS.”

Chen descreveu como a Huawei já estava a implantar soluções digitais para capacitar as pessoas e atender às metas de desenvolvimento da ONU - especialmente as metas de inovação, redução da desigualdade e educação de qualidade.

Na África do Sul, por exemplo, a Huawei, a organização sem fins lucrativos Click Foundation e o provedor de rede Rain uniram-se para conectar mais de 100 escolas primárias urbanas e rurais à Internet. O objectivo é aumentar as habilidades de compreensão de leitura e fechar a lacuna digital por meio da tecnologia.

No Quênia, a Huawei fez parceria para construir Digitrucks, salas de aula móveis, que funcionam à base de energia solar, que levam habilidades digitais a comunidades remotas e carentes. Equipadas com 20 laptops, 20 auriculares VR e Wi-Fi integrado, cada DigiTruck é uma escola digital temporária que oferece aulas, recursos e materiais gratuitos.

Chen descreveu ainda como a solução Huawei Smart PV usada em mais de 60 países já estava a ajudar a atingir os ODSs e reduziu as emissões de carbono em 148 milhões de toneladas. “Isto equivale a plantar mais de 200 milhões de árvores. Só na Etiópia, apoiámos os nossos clientes a implantar mais de 400 estações de energia solar, reduzindo as emissões de carbono em 2.850 toneladas. Na China, também ajudámos a construir as maiores estações solares do mundo, dedicadas à agricultura e pesca nas províncias de Ningxia e Shandong”, sustentou.

A Huawei e a UNESCO também fizeram parceria para lançar o programa Open Schools para ajudar escolas no Egipto, Etiópia e Gana a melhorar as suas habilidades digitais por meio da educação online.

“Em todos estes exemplos, cada conexão, cada grama de emissões reduzidas, cada watt de eletricidade economizado, não poderia ter sido alcançado sem os pequenos avanços na tecnologia. Este é o valor que a tecnologia traz para o mundo”, assegurou Chen.

### MEMORIZE

● **A Huawei e a UNESCO fizeram parceria para lançar o programa Open Schools para ajudar escolas no Egipto, Etiópia e Gana a melhorar as suas habilidades digitais por meio da educação online.**

de nós, é hora de estarmos confiantes e abertos ao desenvolvimento tecnológico”.

Para ela, a tecnologia é mais eficaz quando cria valor para todos, e que o consenso pode ser construído gradualmente para que o avanço tecnológico possa prosseguir. “Ao concentrarmo-nos no

*A tecnologia e o investimento nas infra-estruturas de tecnologias de informação mostram-se cada vez mais como o caminho mais viável, rápido e sustentável para se alcançar este objectivo.*

# Relançar a economia pós-covid através das novas tecnologias



Celso Malavoloneke, docente e jornalista

**C**om a pandemia que não vai sair das nossas vidas tão cedo e com o impacto terrível que teve nas economias dos países – no nosso país pior ainda pela já difícil situação pré-Covid – o desafio agora é retomar a produção de produtos dolorosamente necessários à sobrevivência dos cidadãos e ao mesmo tempo manter as regras de prevenção da Covid. Ou seja, aumentar a produção com menos gente a trabalhar, de forma urgente, porque os níveis de fome e miséria nunca foram tão altos como agora.

A tecnologia e o investimento nas infra-estruturas de tecnologias de informação mostram-se cada vez mais como o caminho mais viável, rápido e sustentável para se alcançar este objectivo. Desde a agricultura familiar e de alto rendimento à expansão que se afigura urgente da distribuição de água e energia para as famílias e as indústrias, passando pela segurança da circulação de pessoas e mercadorias, cada vez mais as tecnologias de informação e comunicação se convertem no caminho mais rápido e seguro. De sorte que, aquilo que antes parecia uma abordagem alternativa para o desenvolvimento – a expansão e modernização da rede e infra-estruturas de telecomunicações – hoje se posiciona como uma necessidade urgente se quisermos relançar a economia e reverter a situação de grave carência alimentar que assola o país.

O primeiro passo incide necessariamente em resolver o problema da conectividade em todo o país. A conectividade é, para a massi-

ficação tecnológica, o que as veias são para o corpo. É através dela que circulam as informações em voz e dados que a tornam viva, tal como o sangue circula pelas veias para fazer um organismo viver.

Por isso, no caso de Angola, é preciso que o sinal de telefonia móvel e da internet cubra todo o país. Nas minhas andanças por terra, já durante a pandemia, tenho verificado que na maior parte do traçado das estradas nacionais existe sinal, ou da UNITEL, ou da Movitel. Tirando alguns troços curtos, é possível estar conectado por voz e dados. Da mesma forma, todas as sedes municipais têm sinal. Já se nos afastarmos três ou quatro quilómetros das estradas ou das sedes municipais, ficamos sem sinal. Assim, a maior parte das fazendas no interior não têm sinal de conectividade. Tal como não têm água corrente pública nem energia eléctrica da rede (embora esta questão esteja a ser gradativamente resolvida com a extensão da energia da barragem de Laúca).

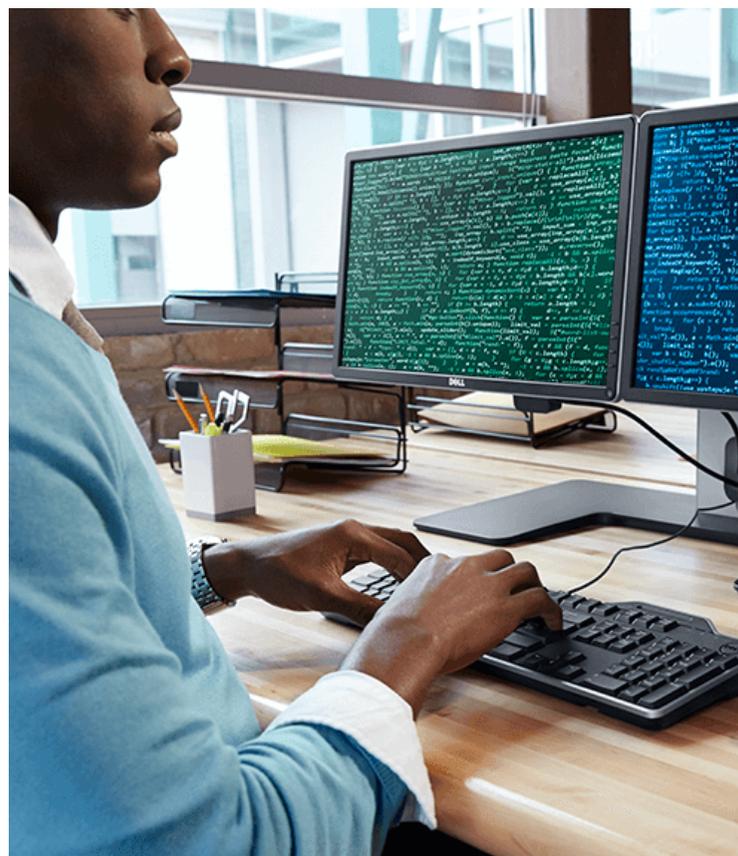
Esse problema pode ser em grande medida sanado no imediato se as duas operadoras de telefonia móvel juntarem esforços e usarem as suas repetidoras em forma de rede única, em vez de separadas como actualmente fazem.

O segundo passo exige o alargamento das infra-estruturas de estradas, energia e água. Segundo, e não primeiro passo, como seria há pouco tempo atrás, porque a tecnologia pode hoje detectar e resolver com a mínima assistência humana avarias nos sistemas em grandes distâncias. Lá onde os técnicos costumavam passar o dia inteiro a caminhar, frequentemente em terrenos acidentados, debaixo de chuva ou sol forte, a tecnologia mudou isso. Os trabalhadores agora já podem inspecionar linhas de distribuição de energia ou água canalizada com câmaras de alta definição, fixas ou montadas em drones, conectadas a uma rede 5G. Os feeds de vídeo são analisados por tecnologia IA, sendo complementados pela aná-

lise humana. As novas tecnologias permitem que os técnicos de manutenção inspecionem a rede no conforto de uma sala de controlo. As inspecções que costumavam levar 20 dias podem ser concluídas em duas horas.

O mesmo se pode dizer da reparação de estradas. Com tecnologia 5G, os trabalhadores em salas com ar condicionado podem controlar remotamente as escavadoras e outros equipamentos de reparação. Numa mina na China, a gigante tecnológica Huawei montou uma rede 5G através da qual, contando com feeds de vídeo em tempo real de vários ângulos, os operadores controlam as escavadoras a partir de um lugar remoto com ar-condicionado, como se estivessem no local. Essa tecnologia pode também ser aplicada nas fazendas agrícolas de alto rendimento. Os operadores das máquinas de lavoura, semeadoras, colheita, etc., podem operá-las no conforto de uma sala, protegidos do sol, da chuva e de outras intempéries. O rendimento será certamente maior, e essa pode ser a via para produzir os alimentos que tanto precisamos para suprir o défice alimentar "que estamos com ele", ao mesmo tempo que poupamos as divisas actualmente gastas na compra de alimentos cada vez mais caros.

Estes exemplos -- há mais pelo mundo afora -- servem para ilustrar como é estratégico e urgente investir nas novas tecnologias de informação no nosso país, numa altura que precisamos de encontrar fórmulas criativas e efectivas para reerguer a economia da paralisação imposta pela Covid 19. É claro que tudo isso passa por um massivo investimento em formação e capacitação dos recursos humanos do país. Mas com uma geografia humana em que mais de 60% da população tem menos de 30, isso não é um problema. Pelo contrário, é mais um passo em frente para a sustentabilidade de um desenvolvimento assente no uso inteligente e efectivo das novas tecnologias.



## NÚMEROS DA SEMANA

123,2

Mil toneladas produção anual de sal em Benguela, o que garante cerca de 88% da produção nacional.

20

Toneladas volume de banana-pão exportado diariamente de Cabinda para a República Democrática do Congo

744

Projectos aprovados desde 2019 para financiamento no âmbito do Prodesi.

90%

Proporção do gás de cozinha consumido no país já garantida pela Angola LNG, com os restantes 10% divididos entre as Refinarias de Luanda e da Topping, em Cabinda.



## SISTEMA SEGURO

## BNA desmente alegado ataque

O Banco Nacional de Angola (BNA) considera “falsas” as informações que dão conta de ter sofrido um ataque informático no passado sábado, 06.03, conforme divulgado nas redes sociais, garantindo, em nota, estar “atento” aos aspectos ligados à segurança cibernética.

“O Banco Nacional de Angola tem levado a cabo acções pontuais de manutenção, visando garantir as actualizações recomendadas pelas boas práticas internacionais para o incremento dos mecanismos de segurança”, assevera.

Entretanto, face à onda de ataques informáticos desencadeados contra instituições públicas estratégicas do Estado, a presidente do conselho de administração da Agência de Protecção de Dados, Maria das Dores Jesus Correia Pinto, adverte as empresas públicas a procederem ao registo de ficheiros físicos e electrónicos, com dados pessoais, junto da agência como faz “exemplarmente o sector privado”, sob pena de sofrerem sanções.

## PORTUGAL CONTINUA A SER O PAÍS MAIS DESEJADO

# 60% dos angolanos desejam trabalhar no exterior

**INQUÉRITO.** Mesmo com a crise mundial e restrições impostas pela covid-19, angolanos que desejam abandonar o país para trabalhar no exterior aumentam 2 pontos percentuais face a 2018. Estudo é da Boston Consulting Group e do The Network.

S eis em cada dez angolanos revelaram intenção de abandonar o país para trabalhar no exterior, revela um estudo de consultoras internacionais que recolheu opiniões de cinco mil pessoas no ano passado, 57% dos quais jovens e destes 78% com habilitação literária alta.

Os números revelam um crescimento de 2 pontos percentuais, face a 2018, ano em que se registou uma certa redução, após os 89% verificados em 2014.

Portugal continua a liderar entre os destinos mais desejados, tal como em 2018. Seguem-se Canadá, EUA, Brasil, França, Alemanha, África

do Sul, Suíça e Espanha.

Entre as 22 áreas em que os angolanos gostariam de trabalhar destacam-se os media e informação, assistência social, gestão, trabalho manual e fabricação, atendimento ao cliente, trabalhos em engenharia e técnico, digitalização e automação e tecnologia.

O relatório dá conta também que, dos participantes, 62% estão dispostos a trabalhar no exterior de forma remota.

Elaborado em parceria com a Jobartis, o estudo inquiriu angolanos com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos, 71% dos quais homens e 28% mulheres.

### ANGOLA ATRACTIVA A ESTRANGEIROS

Em sentido oposto, segundo

o relatório, denominado Global Talent Survey, destinado à pesquisa do mercado de trabalho a nível mundial, que contou com a participação de 209 mil pessoas em 196 países, Angola melhorou no ranking dos países onde as pessoas gostariam de trabalhar. O país subiu 14 posições, ocupando actualmente o 67.º posto, com os brasileiros e portugueses a liderarem a lista dos interessados.

Em resultado das restrições impostas pela pandemia da covid-19, refere o relatório, o surgimento de políticas nacionalistas e regulamentações de imigração mais rígidas em economias-chave, particularmente no Reino Unido e EUA, a intenção de trabalhar no exterior reduziu no ano passado.

